



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

PROCESSO Nº: 1870/2024

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

| | | | |
|---|--|------------------------------|----------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 | Data de Abertura: 06/04/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br | | |
| Unidades Contratantes: | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. | | |
| Objeto | | | |
| Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada EM SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONTROLADOR DE ACESSO E VIGIA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO – RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico , utilizando do Sistema de Registro de Preços , pelo critério de julgamento menor preço global . Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário . | | | |
| Valor estimado | | | |
| R\$ 32.887.964,46 (Trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete, novecentos e sessenta e quatro mil e quarenta e seis centavos). | | | |
| Registro de Preços? | Vistoria | Modo de disputa | Critério de Julgamento |
| Sim | Sim | Aberto | MENOR PREÇO GLOBAL |
| Itens Exclusivos para ME/EPP? | Itens com Cota Reservada para ME/EPP? | Exigência de Amostra? | Participação de Consórcio |
| Não | Não | Sim | Sim |
| Intervalo mínimo de diferença entre lances | | | |
| R\$ 0,01 (um centavo) | | | |
| Pregoeiro | | | |
| Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025) | | | |
| Fundamento Legal | | | |
| Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes | | | |
| Observações Gerais: | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal : **<https://www.licitanet.com.br>** e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
- 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é pregão através do sistema de registro de preços para prestação de serviços para futura e eventual contratação de empresa habilitada **EM SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONTROLADOR DE ACESSO E VIGIA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO – RJ.** A modalidade licitatória será **Pregão Eletrônico**, utilizando do **Sistema de Registro de Preços**, pelo critério de julgamento **menor preço global**. Regime de Execução **Empreitada por Preço Unitário**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br).
- 2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6 Não poderão disputar esta licitação:
- 2.8 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.8.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

2.8.2 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.8.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.8.4 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.8.5 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.10. A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.11. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.12. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

2.12.1. as empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

principal perante o órgão licitante pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo;

2.12.2. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.12.3. o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato, nos termos do compromisso firmado conforme item 2.12.1;

2.12.4. as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

2.12.5. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.2.6 está ciente da obrigação de cumprimento de cota de aprendiz, na forma dos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, e da necessidade de comprovar o cumprimento dessa exigência, por meio de certidão, no momento de assinatura do contrato;

3.2.7 não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Município.

3.3 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item anterior impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.5 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

3.19 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.20 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O PREENCHIMENTO PRO

4.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 Quantidade.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9 das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FASE DE LANCES E JULGAMENTO – MODO DISPUTA ABERTO

condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste Edital.

5.6 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.6.1 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.6.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 01,00 (um centavo)**.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.6.3 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.6.4 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.6.5 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.6.6 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.6.7 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, e caso o sistema eletrônico de contratações utilizado possua essa funcionalidade, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.6.8 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.7 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.8 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, quando houver, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 42.063/2009.

5.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

5.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 e §1º da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

5.17.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.17.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.17.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2 empresas brasileiras;

5.17.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.18.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

5.21 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

5.22 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.22.1 contiver vícios insanáveis;

5.22.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.22.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.22.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.22.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.23 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

5.24 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.25 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

5.25.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.25.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.26 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.27 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.29 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.30 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.31 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4. 1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.4.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4.3 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo eles:

6.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.5.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.5.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.5.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.5.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.5.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.5.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.5.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.6 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

6.6.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

6.6.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

6.6.3 dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\underline{G} = \frac{\text{ativo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Prazo}} + \text{Realizável a Longo}$$

$$\underline{G} = \frac{\text{ativo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{ativo Total}}$$

$$\underline{C} = \frac{\text{ativo Circulante}}{\text{ativo Circulante}}$$

6.6.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10%** e a comprovação do **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** de, no mínimo, 16,66%, ambos referentes ao **valor total estimado da contratação**. Tal exigência tem base legal no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.6.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

6.6.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.7 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.7.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.7.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.7.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.8.1 Qualificação Técnica

6.8.1.1 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

6.8.1.2 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.9 Qualificação Técnico-Operacional

6.9.1 Quanto as exigências de gestão de pessoas, contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 20% (vinte por cento) do número de funcionários a serem contratados.

6.9.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.9.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

6.9.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.9.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.9.6 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

6.9.7 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

6.10 Qualificação Técnico-Profissional

6.10.1 Tendo em vista que o serviço de vigias/ controladores de acesso com uso de câmeras corporais envolve não apenas a operação dos equipamentos, mas também a gestão de sistemas integrados de videomonitoramento, o tratamento e armazenamento de dados sensíveis, a garantia da qualidade e integridade dos registros, bem como a manutenção de padrões técnicos que assegurem a funcionalidade e a segurança das informações captadas, observa-se as seguintes obrigações:

6.10.1.1 A empresa vencedora deverá indicar profissional responsável técnico, legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho de classe competente, com atribuições compatíveis com a atividade de gerenciamento de sistemas de videomonitoramento e tratamento de dados oriundos de câmeras corporais.

6.10.1.2 Será obrigatória a apresentação de profissional cuja formação seja similar ou diretamente relacionada às áreas de Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica ou demais áreas correlatas, desde que possuam atribuições técnicas compatíveis com o objeto contratual, conforme previsto na legislação que regulamenta a profissão.

6.10.1.3 O profissional indicado deverá estar regularmente cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), de acordo com a sua formação e atribuições, observando-se a legislação profissional vigente.

6.10.1.4 A comprovação se dará por meio da apresentação de certidão de registro e quitação no conselho competente, bem como de documento que comprove a vinculação do profissional à empresa licitante, nos termos da legislação aplicável e do edital.

6.11 Disposições gerais sobre habilitação

6.11.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 6.11.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.11.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.11.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.11.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.12 vedação de participação de cooperativas

- 6.12.1 Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), é vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma, o que impede a habilitação de cooperativas em licitações cujo objeto seja a prestação de serviços de vigilância patrimonial, controle de acesso ou correlatos, independentemente de serem armados ou desarmados.
- 6.12.2 Ademais, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.690/2012, a cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada; e, consoante jurisprudência consolidada do TCU (Súmula 281), é vedada a participação de cooperativas em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado, houver necessidade de subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade — pressupostos que se verificam objetivamente nos serviços objeto da presente contratação .

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA FASE RECURSAL

7.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do portal do LICITANET e por e-mail no endereço: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7.6 Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.7 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

7.8 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional compras.licitacao@arraial.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

7.8.1 da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.8.2. partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

7.9. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7.9.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.10 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em sendo o caso, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2. A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

9.3. Será registrado o menor preço global.

9.4. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.5. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.6.7. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

9.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

9.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.10. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.11. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.12. O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- b) será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- d) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.13. O registro a que se refere o item 9.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;

9.14. Se houver mais de um licitante que apresentarem o mesmo lance, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

9.15. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada no momento da sessão da licitação e confirmada por ocasião de sua primeira contratação.

9.16 INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DA ATA

9.16.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

9.16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.16.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.16.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.17. O descumprimento, por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal Educação o



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.18. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE FORNECEDORA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente de outras penalidades.

9.19. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

9.20. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE FORNECEDORA às sanções administrativas pertinentes.

9.21. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Arraial do Cabo/Fundo Municipal de Educação poderá aplicar à PROMITENTE FORNECEDORA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

9.22. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.22.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.22.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.22.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.22.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.23. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

9.24. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de:

a) caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

b) por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

c) a pedido do fornecedor;

d) descumprir as condições da ata de registro de preços;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Administração, sem justificativa aceitável;

f) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

g) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.25 DA REVISÃO DE PREÇOS

9.25.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica anual, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

9.25.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo competente Decreto Municipal 4483/2025 e a Lei Federal 14133/21.

9.25.3. Observado o disposto no item anterior, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.25.4. O pedido de reequilíbrio dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

9.25.5. O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

9.25.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

9.25.7. Na hipótese de a PROMITENTE FORNECEDORA solicitar alteração de preço(s), terá que



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

9.25.8. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

9.26 RECUSA DA CONTRATAÇÃO

9.26.1. Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

9.27 DA VIGÊNCIA DA ATA

9.27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

9.27.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d.

9.27.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses ou por índice que venha a substituí-lo, cabendo a Administração Municipal verificar a vantajosidade da prorrogação com o reajustamento dos valores;

9.28 – DA ADESÃO

9.28.1. Órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.28.2. As aquisições ou as contratações adicionais a não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

9.28.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o Item não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.28.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.28.5. Não é admitida a adesão à ata de registros de preços para contratação eventual futura, devendo a Administração Municipal informar no momento de solicitação da autorização para adesão seus quantitativos e cronograma de execução pelo fornecedor;

9.28.6. Fica permitido que entes administrativos de outros municípios façam a adesão de atas de registros de preços de órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Município de Arraial do Cabo.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

10.1. Após a fase recursal, os licitantes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

10.1.1. A apresentação de novas propostas na forma do caput deste item não prejudicará o resultado do certame, inclusive quanto à ordem de classificação das propostas.

10.2. Homologada a licitação, deverão ser registrados na Ata de Registro de Preços, para fins de formação de Cadastro de Reserva:

10.2.1. os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação; e

10.2.2. os proponentes que mantiverem sua proposta original.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

10.3. A ordem de classificação dos registrados na Ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.4. A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

10.5. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso do item 11.5, bem como de cancelamento do registro do proponente ou dos preços e na Ata de Registro de Preços.

11. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Compete ao gerenciador, aos participantes, quando houver, e aos eventuais não-participantes promover as ações necessárias para as suas próprias contratações com o fornecedor registrado, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.2. A Administração convocará o fornecedor registrado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como para demonstrar o atendimento às exigências deste Edital e do Termo de Referência que devam ser apresentadas no momento de assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021e no Edital.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4. Na hipótese de o fornecedor registrado não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.5. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas na lei e neste Edital e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

ou entidade licitante.

11.6. As consequências de que trata o item anterior não serão aplicadas ao integrante do Cadastro de Reserva que, quando convocado, se recusar a compor a Ata de Registro de Preços.

11.7. No momento da assinatura do Contrato, o adjudicatário apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendiz, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.8. Caso o valor da contratação se enquadre no limite previsto na legislação vigente, o fornecedor registrado deverá demonstrar que mantém Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

11.8.1. Caso o fornecedor registrado ainda não tenha programa de integridade instituído, deverá implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato, na forma da legislação vigente.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Em conformidade com o art. 122 da Lei 14.133/2021 seguem os parâmetros Termo de Referência em relação a subcontratação:

12.2 A subcontratação depende da autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

12.2.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.2.2 Fica vedada a subcontratação dos itens caracterizados como fulcro/a fim desta contratação. Desta forma, observa-se que não pode ser subcontratada de maneira alguma a gestão da mão de obra especializada. Da mesma forma, fica restringida a subcontratação a um limite máximo de **30%** do valor global do lote que será homologado futuramente neste processo, após certame licitatório.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

12.2.3 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

12.2.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.2.5 Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (lote 01), o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

13. DA GARANTIA

13.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2 Tal majoração, embora expressamente permitida no Art. 98 da Lei Federal 14.133/21, se justifica no fato da pretensa contratação tratar de objeto extremamente sensível, e de grande importância para a rotina administrativa da administração pública. Desta forma, insta salientar que é objetivo deste Termo possibilitar que apenas empresas que de fato possuam capacidade técnica e financeira concorram ao certame, e principalmente, sejam contratadas. Além disto, esta majoração visa evitar maiores prejuízos econômicos à Administração Pública.

13.2.1 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

13.2.2 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

13.2.3 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

13.2.4 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.2.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

13.2.6 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

13.2.7 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta que deverá ser informada em momento oportuno pela contratada.

13.2.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

13.2.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.2.10 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

13.2.11 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

13.2.12 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

13.2.13 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.2.14 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

13.2.15 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

13.2.16 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

13.2.17 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.2.18 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.2.19 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

13.2.20 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.2.21 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.2.22 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

13.2.23 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

13.2.24 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

13.2.25 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

13.2.26 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.2.27 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

13.2.28 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

13.2.29 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

13.2.30 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

13.2.31 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.2.32 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

13.3 Vistoria

13.3.1 A visita técnica para o prévio conhecimento das condições físicas, operacionais e logísticas do ambiente de execução é condição necessária para a correta elaboração da proposta, devendo o licitante comprová-lo por meio da realização de visita técnica ou pela apresentação de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução, conforme previsto neste edital.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

13.3.2 A visita deverá ser previamente agendada junto ao setor demandante nos e-mails adm.educacao@arraial.rj.gov.br e servpublico@arraial.rj.gov.br, em dias úteis e dentro do prazo estipulado no edital, sendo emitido ao final Atestado de Visita Técnica em nome do licitante.

13.3.3 O licitante poderá substituir a visita técnica pela apresentação de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução, assinada por seu responsável legal ou técnico habilitado, afirmando que:

- a) conhece integralmente as condições locais de execução do objeto;
- b) avaliou todas as interferências, dificuldades e custos envolvidos;
- c) assume integral responsabilidade por eventuais ônus decorrentes da não realização da visita.

13.3.4 A opção pela não realização da visita técnica não poderá, em hipótese alguma, ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, prorrogações de prazo ou alegação de desconhecimento das condições de execução.

13.3.5 A Administração não admitirá, durante a execução contratual, questionamentos decorrentes da ausência de diligência prévia do contratado quanto às condições do local.

13.3.6 Da prova de conceito

13.3.7 A adjudicação do objeto fica condicionada à execução e aprovação na prova de conceito, aceita oficialmente pelo Agente de contratação e demais membros que serão designados pela Administração Pública. Esta etapa deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação por parte da empresa licitante provisoriamente vencedora.

13.3.8 A referida prova de conceito deverá ocorrer por amostragem, no dia e hora convencionado entre o Agente de contratação, demais membros e a LICITANTE, consistindo na comprovação pela LICITANTE das condições estabelecidas, em demonstração de até 08 (oito) horas de duração, de que o objeto ofertado atende aos requisitos tecnológicos e às funcionalidades previstas no Termo de Referência. Os recursos de hardware e software necessários à realização da prova de conceito serão de responsabilidade da proponente, que deverá, assim, disponibilizar em equipamento próprio, nas dependências da CONTRATANTE, com o objeto licitado devidamente instalado e em funcionamento, contendo uma base de dados mínima para testes.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

13.3.9 A Prova de Conceito será por amostragem, servindo para demonstrar que a ferramenta submetida a avaliação contemplar os requisitos objetivos previamente estipulados, privilegiando a impessoalidade e a isonomia abrangendo características, qualidade, funcionalidade, desempenho entre outros restringindo-se aos requisitos tecnológicos e funcionais previstos. Não serão aceitas, para efeito de comprovação e homologação técnica, declarações da proponente ou do fabricante de que as funcionalidades estão em desenvolvimento ou serão desenvolvidas, bem assim, a simples apresentação de manuais.

13.3.10 Os licitantes que tiverem interesse em acompanhar a homologação técnica poderão fazê-lo, por meio de representante legal. Em caso de reprovação, será aberto prazo para recurso e contrarrecurso, e, caso seja mantida a reprovação, o pregoeiro convocará a segunda colocada, para homologação nas mesmas condições.

13.3.11 A solicitação de acompanhamento por parte dos licitantes interessados deverá ser agendada até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data da realização do procedimento.

13.3.12 Após o procedimento, será elaborado um relatório da homologação técnica, contendo os roteiros ou os planos de testes e a documentação comprobatória de sua realização.

13.3.13 Verificando-se, no curso da análise, o não atendimento de requisitos obrigatórios estabelecidos no Termo de Referência, a proposta será desclassificada e poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente. Em sequência, será chamada a segunda colocada e, assim sucessivamente, até que seja declarada a vencedora do certame.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de referência – Anexo I.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O contratante deverá pagar o preço ao contratado, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente de titularidade do contratado a ser indicada.

15.2 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no art. 140, II, alínea



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

“b”, da Lei nº 14.133/2021.

15.2.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar ao contratado para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

15.3 O contratado deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento.

15.4 Na forma do art. 50 c/c o art. 121, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021 os documentos descritos no item 15.4 deverão ser acompanhados:

15.4.1 do registro de ponto;

15.4.3 da comprovação de que está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação, na forma prevista na norma coletiva;

15.4.4 da anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social;

15.4.5 do recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

15.4.6 do recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data de extinção do contrato;

15.4.8 comprovante de depósito do FGTS; e

15.4.9 cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação de serviços.

15.5 Uma vez recebidos os documentos mencionados no item 15.4, o órgão competente deverá verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) por consulta aos cadastros mencionados no item 8.1, se o contratado foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e

c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência.

15.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

15.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.7.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

15.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

15.10 Caso o contratado não esteja aplicando o regime de cotas na forma da Lei estadual nº 7.258, de 12 de abril de 2016, deste Edital e do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

15.11 A subcontratação, se dará conforme especificações contidas no **Termo de Referência**.

15.12 É permitida a subcontratação conforme especificado no Termo de referência item 4.2, os



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, exceto em relação às parcelas subcontratadas a microempresas e empresas de pequeno porte, caso em que o contratante poderá destinar a emissão de empenho e os pagamentos diretamente a esses subcontratados, na forma do art. 48, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

16. DA FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO

16.1. A fiscalização técnica será exercida nos termos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

16.2. O objeto poderá ser alterado de acordo com o disposto no Art. 124, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 14.133/2021.

17. PRAZO CONTRATUAL

17.1 O prazo de vigência da contratação é de 02 anos, contado da Data de publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

18.1 Os preços contratados serão repactuados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

18.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;
- c) para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

18.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

18.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público,



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo

18.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

18.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

18.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

18.7 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a administração pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.8 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

18.9 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

18.10 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

18.10.1 Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

18.11 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

18.13 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

18.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

18.16.1 Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

- a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;
- b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

18.17 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.18 A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

18.19 O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo contratado.

18.20 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

18.21 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

18.22 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

18.23 REAJUSTE

18.23.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do orçamento estimado pela administração pública, observando-se assim a data de publicação do Edital para isto.

18.23.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.23.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

18.23.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

18.23.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.23.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.23.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

19.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.1.5.4. deixar de apresentar amostra; ou

19.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

justificado;

19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

19.1.9. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.10.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 19.2.3. de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.2.3. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 19.1.1 a 19.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 19.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 19.1.2 a 19.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 19.1.8 a 19.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

19.2.3.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do Contrato, a base de cálculo da multa do item 17.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

19.2.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

19.2.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

19.2.4. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 19.1.2 a 19.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

19.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

19.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 17.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

19.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

19.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

automaticamente devida multa compensatória no valor de % do valor do Contrato.

19.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

19.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

19.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 19.2.1, 19.2.2 e 19.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 19.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário municipal; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

19.7. A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

19.7.2. A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 19.2.1 e 19.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 19.2.3 e 19.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

19.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

19.8. A aplicação das sanções previstas no Edital e no Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

19.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 20.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

19.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no Edital e/ou no Contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações.

19.11.1. O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

20.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.

20.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO OBTIDA ATRAVÉS DE PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ANEXO I

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 13 de Março de 2026.

Diogo dos Santos de Moraes

Secretário Municipal de Compras e Licitações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de controlador de acesso e vigia, com dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Arraial do Cabo/RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico Através do Sistema de Registro de Preços.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| QUANTITATIVO GERAL DA CONTRATAÇÃO | | |
|---|--|-----------------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS POSTOS | Quantidade de Funcionários |
| 01 | Posto de Controlador de Acesso, convencional, 44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira. CBO 5174-10 | 121 |
| 02 | Posto de vigia diurno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 133 |
| 03 | Posto de vigia noturno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 224 |
| 04 | Posto de vigia, convencional, 24X72, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 43 |
| 05 | Posto de vigia 40 horas, convencional, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 07 |
| <p>Os funcionários a serem designados para atuação nas demandas do FME deverão receber, após a contratação e antes do início efetivo das atividades, as seguintes capacitações, a serem providenciadas pela empresa contratada:</p> <ul style="list-style-type: none">• Certificado de curso de formação ou capacitação para atuação em ambiente escolar, emitido por instituição reconhecida, preferencialmente com validação ou registro no MEC (Ministério da Educação);• Capacitação em primeiros socorros, com validade de no máximo 02 anos, preferencialmente com abordagem específica para ambiente escolar, conforme previsto na Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas);• Treinamento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com abordagem prática voltada para ambientes educacionais. | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- A comprovação das referidas capacitações deverá ser apresentada pela empresa contratada no prazo a ser definido pela Administração e sempre antes do início da execução das atividades pelos profissionais designados.

QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO DA EDUCAÇÃO

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS POSTOS | Quantidade de Funcionários |
|------|--|----------------------------|
| 01 | Posto de Controlador de Acesso, convencional, 44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira. CBO 5174-10 | 57 |
| 02 | Posto de vigia diurno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 75 |
| 03 | Posto de vigia noturno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 82 |

Os funcionários a serem designados para atuação nas demandas do FME deverão receber, após a contratação e antes do início efetivo das atividades, as seguintes capacitações, a serem providenciadas pela empresa contratada:

- Certificado de curso de formação ou capacitação para atuação em ambiente escolar, emitido por instituição reconhecida, preferencialmente com validação ou registro no MEC (Ministério da Educação);
- Capacitação em primeiros socorros, com validade de no máximo 02 anos, preferencialmente com abordagem específica para ambiente escolar, conforme previsto na Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas);
- Treinamento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com abordagem prática voltada para ambientes educacionais.
- A comprovação das referidas capacitações deverá ser apresentada pela empresa contratada no prazo a ser definido pela Administração e sempre antes do início da execução das atividades pelos profissionais designados.

QUANTITATIVO DA CONTRATAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS POSTOS | Quantidade de Funcionários |
|------|--|----------------------------|
| 01 | Posto de Controlador de Acesso, convencional, 44 horas semanais, diurno, de segunda a sexta-feira. CBO 5174-10 | 64 |
| 02 | Posto de vigia diurno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 58 |
| 03 | Posto de vigia noturno, convencional, 12X36, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 142 |
| 04 | Posto de vigia, convencional, 24X72, de segunda a domingo, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 43 |
| 05 | Posto de vigia 40 horas, convencional, inclusive feriados. CBO 5174-20 | 07 |

1.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1 Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de contratação sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o critério técnico. O serviço objeto desta contratação será prestado rotineiramente, de forma constante e ininterrupta.

1.4 Prazo de vigência

1.4.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde comprovada a vantajosidade, nos moldes do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 1.4.2 O prazo de vigência dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços será de 02 (dois) anos, contado da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e no P.P.A desta mesma administração Pública.

2.2 A Administração Pública municipal, inserida em um contexto de constante transformação e crescente complexidade de demandas, enfrenta dificuldades estruturais que impactam diretamente sua capacidade de garantir o pleno funcionamento dos seus órgãos e equipamentos públicos. Entre essas dificuldades, destaca-se a carência de mão de obra técnica qualificada e de instrumentos modernos de apoio à gestão e à segurança institucional. A fragilidade observada nos serviços de vigilância patrimonial e controle de acesso – realizados por profissionais das ocupações de Controlador de Acesso (CBO 5174-10) e Vigia (CBO 5174-20) – compromete a segurança de bens públicos, da documentação administrativa e dos servidores, além de expor vulnerabilidades nos fluxos de entrada e circulação em prédios públicos, sem que haja métodos eficientes de monitoramento, registro e rastreabilidade.

2.3 Essa realidade exige da Administração uma reestruturação dos meios disponíveis para proteção física e controle de acessos, especialmente diante da ausência de mecanismos tecnológicos que permitam o registro automatizado de turnos, movimentações e ocorrências, bem como da padronização mínima na forma como esses serviços são atualmente executados. A precariedade operacional nesses setores afeta o funcionamento diário de órgãos públicos das mais diversas naturezas – da saúde à assistência social, da infraestrutura à gestão administrativa – dificultando a execução de políticas públicas com segurança, controle e accountability.

2.4 No caso da área da Educação, que representa parcela significativa das atividades da Administração e mobiliza diariamente um elevado número de pessoas, os efeitos dessa fragilidade são ainda mais sensíveis. Escolas, creches e centros educacionais, por sua natureza, demandam atenção redobrada quanto ao controle de entrada e saída de alunos, profissionais e visitantes, bem como na proteção do patrimônio público alocado nesses espaços. Assim, os mesmos problemas



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

enfrentados pela Administração em sua estrutura geral são vivenciados de forma ainda mais crítica nos ambientes educacionais, nos quais a vulnerabilidade pode comprometer tanto a integridade física dos usuários quanto a tranquilidade necessária para o processo de ensino e aprendizagem.

2.5 O interesse público em superar essas deficiências se alicerça em fundamentos constitucionais e legais, entre eles o artigo 6º da Constituição Federal, que define a segurança como direito social, e o artigo 3º da Lei Federal nº 14.133/21, que estabelece como princípios das contratações públicas o planejamento, a eficiência, a mitigação de riscos e a promoção do desenvolvimento sustentável. A mesma norma impõe, ainda, a adoção de critérios que assegurem a vantajosidade da contratação e a adequação ao interesse público, incluindo a proteção do patrimônio e a continuidade dos serviços públicos.

2.6 Dessa forma, torna-se essencial à Administração Pública, como um todo, enfrentar as deficiências atualmente verificadas na execução dos serviços de vigilância e controle de acesso, incorporando mão de obra especializada e soluções tecnológicas que permitam maior controle, segurança e eficiência. Essa medida é necessária não apenas para salvaguardar os espaços físicos e os recursos públicos, mas também para oferecer aos cidadãos um ambiente institucional mais seguro, confiável e adequado à prestação dos serviços essenciais, entre eles a educação.

2.7 Nesse sentido, a contratação contínua de profissionais especializados nas funções de controladores de acesso e vigias visa assegurar a integridade dos espaços públicos, por meio de rondas regulares, controle sistemático de entrada e saída de pessoas, identificação de visitantes e comunicação imediata de anormalidades às autoridades competentes. Tal atuação contribui diretamente para inibir delitos, garantir a ordem e promover um ambiente funcional mais protegido. Trata-se de uma necessidade operacional incontornável para o adequado desempenho das atividades institucionais da Administração, sobretudo quando realizada com base em parâmetros técnicos reconhecidos, por meio de empresa regularmente autorizada e respeitando as normas e legislações aplicáveis.

2.8 Como evidência do impacto concreto da ausência desses profissionais, registros de ocorrência encaminhados à 132ª Delegacia de Polícia de Arraial do Cabo demonstram a recorrência de situações de insegurança nas unidades públicas, com destaque para o ambiente escolar. Casos graves registrados no cenário nacional, como o atentado ocorrido em Santa Catarina no ano de 2021, reforçam a urgência na adoção de medidas preventivas que imponham barreiras físicas e

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

operacionais à ação criminosa e aumentem a sensação de segurança da população. A presença de profissionais capacitados para vigilância e controle de acesso não apenas responde a essa necessidade, como constitui elemento fundamental de prevenção e estabilidade social.

2.9 A escolha pela terceirização da mão de obra especializada para os serviços de controle de acesso e vigilância patrimonial baseia-se na necessidade de garantir qualidade técnica, agilidade na execução e eficiência na gestão dos recursos humanos vinculados à Administração Pública. Ao optar pela contratação indireta, por meio de empresa especializada, a Administração assegura o acesso a profissionais previamente capacitados, submetidos a treinamentos específicos e atualizações constantes, muitas vezes indisponíveis ou difíceis de manter internamente no setor público. A terceirização permite, ainda, a substituição imediata de profissionais em caso de ausências ou inadequações, assegurando a continuidade dos serviços essenciais sem comprometer o funcionamento das unidades públicas.

2.10 Ao delegar à contratada a responsabilidade pela seleção, qualificação, supervisão e gestão da equipe, o ente público pode direcionar seus esforços à atividade-fim, como o planejamento, a fiscalização de políticas públicas e a melhoria contínua da prestação dos serviços.

2.11 A terceirização também permite incorporar avanços tecnológicos à rotina dos serviços de vigilância e controle de acesso, o que se mostra indispensável frente às atuais demandas de segurança, rastreabilidade e proteção de bens e pessoas. Com a inclusão de câmeras corporais, softwares de gestão de evidências, estações de carregamento inteligentes e recursos como transmissão ao vivo e geolocalização, é possível estabelecer um modelo de atuação mais moderno, eficiente e seguro. Esse aparato técnico, aliado à capacitação exigida da equipe terceirizada, garante um patamar de profissionalismo e controle que dificilmente seria alcançado por meio das formas tradicionais de provimento.

2.12 Diante do exposto, torna-se evidente a iminente necessidade de contratação de serviços de terceirização de mão de obra especializada, de modo a permitir que a Administração Pública possa cumprir suas funções com a segurança, celeridade e eficiência exigidas, garantindo o atendimento de demandas crescentes e ininterruptas durante o exercício financeiro. A medida visa assegurar não apenas a continuidade dos serviços públicos, mas também sua execução com padrões técnicos que preservem o interesse público, a integridade institucional e a confiança da sociedade nas estruturas administrativas.



3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Os serviços deverão ser executados por uma empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos Órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade estabelecidos neste documento e no futuro Termo de Referência.

3.2 Trata-se de um serviço comum, que será contratado por meio de Licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

3.3 A prestação dos serviços supramencionados não implicará em vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública Municipal, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta entre as partes.

3.3.1 Categorias profissionais conforme CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)

CONTROLADOR DE ACESSO

- a) Fiscalizar a entrada e saída de pessoas, observando o movimento das mesmas no acesso principal, nos pátios, nos corredores dos prédios, garagens e áreas externas, procurando encaminhar os visitantes ao destino solicitado ou identificar a entrada de pessoas suspeitas;
- b) Orientar visitantes nos deslocamentos dentro da área dos espaços a serem monitorados;
- c) Desempenhar algumas tarefas como inspeção de pátios, corredores, áreas e outras dependências do prédio, entre outras similares;
- d) Zelar pela guarda do patrimônio, observar a movimentação das pessoas pelas redondezas, relatar avarias nas instalações, contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados, prevenir incêndios e acidentes;
- e) Falar ao telefone, transmitir recados e lidar com o público;
- f) Observar a disciplina e horário de trabalho;

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- g) Tratar com urbanidade as pessoas;
- h) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- i) Controlar o acesso às dependências da CONTRATANTE que se dará somente a pessoas previamente autorizadas e identificadas conforme normas da Instituição, objetivando assegurar a integridade do imóvel, bens, servidores e do público em geral que se façam presentes, assim como, controlar a entrada e saída de bens e materiais, de acordo com as normas do Administração Pública ;
- j) Fiscalizar e controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, identificando o(s) condutor(es) e anotando em documento próprio a placa, o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da Instituição, mantendo os portões fechados nos horários pré determinados, conforme normas do Administração Pública ;
- k) Acionar imediatamente ao Supervisor dos Agentes de controle de acessos e Vigias, Preposto da CONTRATADA, Fiscal do Contrato ou pessoa autorizada Pelo FME, em caso de acontecimentos entendidos como irregulares ou anormais à rotina de trabalho e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, anotando em Livro de Registro de Ocorrências a fim de serem tomadas as devidas providências;
- l) Manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número de telefone dos Órgãos de Segurança Pública da Região, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para melhor desempenho das atividades, assim como nas ocorrências de ordem policial dentro das



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

instalações da CONTRATANTE, colaborando com as Polícias Civil e Militar, facilitando, no que for possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

- m) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela CONTRATANTE, bem como coibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de serviço e imediações que implique ou ofereça risco à segurança da Instituição;
- n) Proibir a utilização do posto de serviço para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados terceirizados ou de terceiros;
- o) Manter-se em seus respectivos postos de serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente para atender chamados e cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados; e
- p) Impedir a saída e entrada de volumes, materiais e/ou equipamentos das dependências da CONTRATANTE sem a devida autorização;

Vigia

- a) Fiscalizar a entrada e saída de pessoas, observando o movimento das mesmas no saguão da portaria principal, nos pátios, nos corredores do prédio e garagem, procurando encaminhar os visitantes ao destino solicitado ou identificar a entrada de pessoas suspeitas;
- b) Orientar visitantes nos deslocamentos dentro da área dos prédios;

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- c) Desempenhar algumas tarefas como inspeção de pátios, corredores, áreas e outras dependências do prédio, entre outras similares;
- d) Zelar pela guarda do patrimônio, observar a movimentação das pessoas pelas redondezas, relatar avarias nas instalações, contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados, prevenir incêndios e acidentes;
- e) Falar ao telefone, transmitir recados e lidar com o público;
- f) Observar a disciplina e horário de trabalho;
- g) Tratar com urbanidade as pessoas;
- h) Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- i) Controlar o acesso às dependências da CONTRATANTE que se dará somente a pessoas previamente autorizadas e identificadas conforme normas da Instituição, objetivando assegurar a integridade do imóvel, bens, servidores e do público em geral que se façam presentes, assim como, controlar a entrada e saída de bens e materiais, de acordo com as normas do Administração Pública e da Secretaria Municipal de Educação;
- j) Fiscalizar e controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, identificando o(s) condutor(es) e anotando em documento próprio a placa, o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da Instituição, mantendo os portões fechados nos horários pré determinados, conforme normas do Administração Pública e da Secretaria Municipal de Educação;

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- k) Acionar imediatamente ao Supervisor dos Agentes de controle de acessos e Vigias, Preposto da CONTRATADA, Fiscal do Contrato ou pessoa autorizada Pelo FME, em caso de acontecimentos entendidos como irregulares ou anormais à rotina de trabalho e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, anotando em Livro de Registro de Ocorrências a fim de serem tomadas as devidas providências;
- l) Manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número de telefone dos Órgãos de Segurança Pública da Região, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para melhor desempenho das atividades, assim como nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, colaborando com as Polícias Civil e Militar, facilitando, no que for possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- m) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela CONTRATANTE, bem como coibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de serviço e imediações que implique ou ofereça risco à segurança da Instituição;
- n) Proibir a utilização do posto de serviço para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados terceirizados ou de terceiros;
- o) Manter-se em seus respectivos postos de serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente para atender chamados e cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados; e

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- p) Impedir a saída e entrada de volumes, materiais e/ou equipamentos das dependências da CONTRATANTE sem a devida autorização.

Requisitos mínimos tecnológicos que deverão ser prestados pelos equipamentos a serem disponibilizados através deste processo:

3.3.1.1.1 Câmeras Corporais Operacionais

As câmeras corporais a serem fornecidas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Gravação contínua de vídeo e áudio por no mínimo 12 (doze) horas, com bateria fixa e inviolável, que garanta integridade energética durante todo o turno.
- b) Gravação em alta resolução, com mínimo de 720p, taxa de quadros de 30 FPS e padrão de compressão de vídeo H.264 ou superior (preferencialmente H.265).
- c) Armazenamento interno com capacidade mínima de 64 GB, sendo vedado o uso de cartões de memória removíveis.
- d) Botão de acionamento e encerramento de gravação posicionado na parte frontal da câmera, com tamanho mínimo de 1 polegada quadrada, com textura tátil e fácil manuseio por apenas uma das mãos, além de mecanismos que evitem acionamento acidental (ex: clique longo ou duplo).
- e) Resistência a impacto e intempéries, com proteção mínima IP67, resistência a quedas de até 1,8 metro e operação funcional entre -10°C e 50°C.
- f) Sistema de visão noturna configurável, que possa ser desativado conforme necessidade operacional.
- g) Captação de áudio claro e inteligível a 1 metro, mesmo em ambiente com ruído moderado.
- h) Indicação visual e sonora do status da câmera (gravação, bateria, armazenamento), com modo velado que permita

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- operação discreta sem emissão de luzes ou sons, com acionamento seguro e proteção contra ativação acidental.
- i) Geolocalização ativa via GPS desde o momento da ativação da câmera até sua devolução à estação de carregamento, com plotagem em mapa.
 - j) Identificação única da câmera (ID externo e número de série visível e fixado ao corpo do equipamento), sendo vedado o descolamento da identificação.
 - k) Comunicação integrada por meio de Wi-Fi (2,4 e 5 GHz), Bluetooth 4.0 ou superior, rede móvel 4G ou 5G, com fornecimento de chip SIM ou eSIM habilitado.
 - l) Tela de visualização touchscreen com mínimo de 2" para reprodução de vídeos, inserção de metadados e monitoramento de status.
 - m) Capacidade de captura de fotos durante gravação, sem interromper o vídeo.
 - n) Recurso de captura automática de faces a partir de 3 metros, com envio ao sistema para reconhecimento posterior.
 - o) Capacidade de transmissão ao vivo (live streaming) adaptada à banda disponível, com gravação simultânea em resolução integral.
 - p) Capacidade de comunicação bidirecional entre a câmera e o centro de monitoramento, inclusive em modo broadcast para grupos de câmeras.
 - q) Logs de todos os eventos operacionais da câmera (hardware, firmware e software), com registro inviolável e criptografado.
 - r) Deverá ser disponibilizado acessório de fixação da câmera;
 - s) Em câmeras em que a lente seja fixa, obrigatoriamente, o acessório de fixação deverá ser móvel, permitindo, no mínimo, regulagem vertical de amplitude que corresponda a visão livre e desimpedida sobre o painel da viatura, quando embarcado em

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

veículo automotor, e que permita a identificação de pessoas quando desembarcado;

3.3.1.1.2 Estações de Carregamento Inteligentes

As estações de carregamento deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Capacidade mínima para carregamento simultâneo de 8 câmeras.
- b) Descarregamento automático das evidências armazenadas, com transmissão para armazenamento em nuvem em até 4 horas.
- c) Vinculação automática da câmera ao operador mediante autenticação biométrica (facial ou digital).
- d) Alerta visual de prontidão de uso após carregamento completo e upload dos dados.
- e) Registro de todos os dados de operação, associando equipamentos e usuários para fins de rastreabilidade.
- f) a estação de carregamento deverá possuir os recursos de biometria (reconhecimento facial ou digital);
- g) A solução deve realizar upload automático das imagens da câmera para a estação de carregamento e consequentemente para o armazenamento central de forma automática;

3.3.1.1.3 Infraestrutura de Comunicação e Armazenamento

A contratada deverá fornecer:

- a) Todos os planos de dados móveis (rede LTE) para viabilizar a comunicação em tempo real, incluindo GPS, live streaming, acionamento remoto e upload de evidências.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- b) Armazenamento em nuvem hospedado em data center certificado Tier III ou superior, com redundância, criptografia ponta a ponta (E2EE) e acesso restrito.
- c) Em caso de falha de conectividade, os dados deverão permanecer armazenados localmente e serem enviados automaticamente ao restabelecimento do link.
- d) As câmeras corporais devem apresentar mecanismos que permitam a percepção do operador para o monitoramento, no mínimo, das indicações de nível de carga de bateria, status de gravação, nível de armazenamento, status de geolocalização e sinal de conexão wireless;
- e) O equipamento deve estar devidamente homologado pela Anatel;
- f) O armazenamento dos dados da câmera corporal deve ser integrado ao dispositivo, sendo vedado a oferta de câmeras que façam uso de cartões de memória como armazenamento, para mitigar problemas de falha de armazenamento dadas as condições adversas da operação de segurança pública, onde os impactos inerentes da atividade podem ocasionar problemas de encaixe e mal contato de unidades de armazenamento inerentemente móveis/removíveis;
- g) O sistema de gestão da solução de câmeras corporais deve possuir conexão com a rede local e/ou externa, no caso de operação via internet, possibilitando a comunicação e monitoramento de todas as câmeras conectadas à rede;
- h) A câmera deve possuir comunicação bidirecional entre as câmeras, permitindo a criação de grupos de câmeras e que elas comuniquem entre si em modo de broadcast ao pressionar um botão específico todas as câmeras pertencentes a este grupo devem reproduzir a transmissão;

3.3.1.1.4 Software de Gestão de Evidências Digitais (DEMS)

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

O sistema DEMS deverá conter:

- a) Integração nativa com as câmeras fornecidas e total compatibilidade com metadados.
- b) Inserção automática de metadados mínimos (data/hora, ID da câmera, ID do operador, localização GPS, hash).
- c) Suporte à classificação, TAGs, associação de evidências por caso, filtros avançados de pesquisa e exportação em PDF, CSV e Excel.
- d) Visualização web sem necessidade de instalação de plugins ou softwares adicionais.
- e) Mecanismo de auditoria com trilha inviolável de logs (ações, usuários, horários, IP de acesso).
- f) Ferramentas de transcrição automática por inteligência artificial, com alerta por palavras-chave.
- g) Relatórios gerenciais customizáveis e dashboards com status de dispositivos, sincronização e uso de armazenamento.
- h) O DEMS deve permitir a criação das TAGs para marcação das evidências nas Câmeras, permitindo selecionar quais localidades receberam aquelas TAGs. As TAGs criadas no DEMS devem ser sincronizadas com os dispositivos.
- i) O DEMS deve permitir a visualização dos dados por usuários externos, habilitados em conformidade com a política de permissão estabelecida, garantido a autenticidade e integridade dos dados originais armazenados no servidor de dados, mantendo o registro e integridade da cadeia de custódia. Não sendo permitido o compartilhamento de vídeos com usuários externos sem a devida autenticação.
- j) Recursos para controle de acesso por nível hierárquico, com logs auditáveis e bloqueio de downloads não autorizados.
- k) Mecanismos de borramento de imagens sensíveis, preservando a identidade de terceiros não envolvidos.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- l) O DEMS deve permitir a criação das TAGs para marcação das evidências nas Câmeras, permitindo selecionar quais localidades receberam aquelas TAGs. As TAGs criadas no DEMS devem ser sincronizadas com os dispositivos.
- m) Deverá disponibilizar ferramenta de Inteligência Artificial (IA) para redação automática de transcrições, com reconhecimento de fala para transcrição automática de todas as gravações de áudio e vídeo custodiadas no DEMS (Digital Evidence Management System), permitindo também a busca por palavras-chave.
- n) O sistema de gestão da solução de câmeras corporais deverá permitir a parametrização e execução de níveis de permissão de acesso ao sistema de modo customizável, respeitado como premissas o princípio do menor privilégio, a separação de funções, o controle de acesso baseado em funções, o monitoramento, a revisão e auditoria de permissões.
- o) Os arquivos de logs produzidos pela câmera corporal devem ter garantido a autenticidade, confidencialidade e integridade desde o seu armazenamento na câmera até a sua disponibilização ao usuário com o devido nível de permissão;
- p) A ferramenta deve permitir o registro de palavras-chave, que quando identificadas no processo de transcrição dos áudios e vídeos, deve gerar um alarme pop-up no sistema de monitoramento da solução, de maneira a notificar usuários específicos do sistema que uma palavra-chave foi identificada.
- q) O sistema deve permitir a exportação dos relatórios em pelo menos os seguintes formatos: Excel, CSV e PDF;
- r) O sistema deverá permitir a transcrição em tempo real de fluxos de vídeo recebidos nos formatos RTSP e RTMP, garantindo baixa latência na conversão de fala em texto

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- s) O sistema deverá permitir busca textual com salto temporal, localizando o ponto exato do áudio ou vídeo em que a palavra ou expressão foi pronunciada.
- t) O sistema deverá gerar alertas automáticos sempre que uma palavra-chave registrada for identificada, sendo obrigatória a notificação no sistema de gerenciamento de vídeo (VMS) integrado, via e-mail e em pelo menos uma plataforma de mensagens instantâneas como WhatsApp ou Telegram.
- u) O sistema deverá disponibilizar ambiente web responsivo para acesso às transcrições, compatível com navegadores modernos e dispositivos móveis.
- v) O sistema deverá possibilitar exportação das transcrições em múltiplos formatos, incluindo TXT, PDF, SRT e JSON estruturado.
- w) O sistema deverá gerar automaticamente relatórios em formato PDF, contendo metadados e sumário da transcrição.
- x) O sistema deverá manter trilha de auditoria completa de acessos e alterações realizadas, incluindo assinatura digital para verificação criptográfica de documentos.
- y) O sistema deverá disponibilizar API REST completa para integração com sistemas de gestão de processos, plataformas de monitoramento e sistemas de evidências digitais.
- z) Deverá disponibilizar ferramenta de Inteligência Artificial (IA) para redação automática de transcrições, com reconhecimento de fala para transcrição automática de todas as gravações de áudio e vídeo custodiadas no DEMS (Digital Evidence Management System), permitindo também a busca por palavras-chave.

3.3.1.1.5 Requisitos de Segurança e Conformidade



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- a) Toda a solução (hardware e software) deverá possuir certificação de segurança da informação, sendo elas ISO 27001, ISO/IEC 27017 ou demais certificações de similar nível de confiança e reconhecimento.
- b) Os dados deverão ser protegidos contra acesso indevido, adulteração ou perda, com uso de algoritmos de integridade (ex: SHA-3, Whirlpool).
- c) A cadeia de custódia das evidências deve ser preservada desde a captação até o descarte autorizado, com rastreabilidade total.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

- 4.1.1 A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.
- 4.1.2 Serão incluídas como obrigação da contratada critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010):
- 4.1.3 Respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 4.1.4 No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução dos serviços, a contratada deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.
- 4.1.5 A destinação final será responsabilidade da contratada e deverá ser realizada de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 7.404/2010. A contratada deverá receber da Administração Pública os objetos inservíveis, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores, a fim de garantir a sua reutilização ou descarte sustentável, nos termos da Lei nº 12.305/2010;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.1.6 Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da contratada.

4.1.7 Caberá à contratada apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Em conformidade com o art. 122 da Lei 14.133/2021 segue os parâmetros deste Termo de Referência em relação a subcontratação:

4.2.2 A subcontratação depende da autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incube avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.2.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.4 Fica vedada a subcontratação dos itens caracterizados como fulcro desta contratação. Desta forma, observa-se que não pode ser subcontratada de maneira alguma a gestão da mão de obra especializada. Da mesma forma, fica restringida a subcontratação a um limite máximo de 30% do valor inteiro que será homologado futuramente neste processo, após certame licitatório.

4.2.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.7 Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

4.3.1.1 Tal imposição se justifica no fato da pretensa contratação tratar de objeto extremamente sensível, e de grande importância para a rotina administrativa da administração pública. Desta forma, insta salientar que é objetivo deste Termo possibilitar que apenas empresas que de fato possuam capacidade técnica e financeira concorram ao certame, e principalmente, sejam contratadas. Além disto, esta majoração visa evitar maiores prejuízos econômicos à Administração Pública.

4.3.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.3.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.3.5 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 4.3.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.3.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.3.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta que deverá ser informada em momento oportuno pela contratada.
- 4.3.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.3.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.3.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.3.12 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.3.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 4.3.14 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.3.15 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.3.16 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.3.17 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.3.18 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.3.19 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.20 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.3.21 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.3.22 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.3.23 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

- 4.3.24 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.3.25 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.3.26 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.3.27 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.3.28 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.3.29 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.3.30 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.3.31 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.3.32 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.33 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.4 Vistoria

4.5 A visita técnica para o prévio conhecimento das condições físicas, operacionais e logísticas do ambiente de execução é condição necessária para a correta elaboração da proposta, devendo o licitante comprová-lo por meio da realização de visita técnica ou pela apresentação de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução, conforme previsto neste edital.

4.6 A visita deverá ser previamente agendada junto ao setor demandante nos e-mails adm.educacao@arraial.rj.gov.br e servpublico@arraial.rj.gov.br, em dias úteis e dentro do prazo estipulado no edital, sendo emitido ao final Atestado de Visita Técnica em nome do licitante.

4.7 O licitante poderá substituir a visita técnica pela apresentação de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução, assinada por seu responsável legal ou técnico habilitado, afirmando que:

a) conhece integralmente as condições locais de execução do objeto;

b) avaliou todas as interferências, dificuldades e custos envolvidos;

c) assume integral responsabilidade por eventuais ônus decorrentes da não realização da visita.

4.8 A opção pela não realização da visita técnica não poderá, em hipótese alguma, ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, prorrogações de prazo ou alegação de desconhecimento das condições de execução.

4.9 A Administração não admitirá, durante a execução contratual, questionamentos decorrentes da ausência de diligência prévia do contratado quanto às condições do local.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.10 Da prova de conceito

- 4.10.1 A adjudicação do objeto fica condicionada à execução e aprovação na prova de conceito, aceita oficialmente pelo Agente de contratação e demais membros que serão designados pela Administração Pública. Esta etapa deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação por parte da empresa licitante provisoriamente vencedora.
- 4.10.2 A referida prova de conceito deverá ocorrer por amostragem, no dia e hora convencionado entre o Agente de contratação, demais membros e a LICITANTE, consistindo na comprovação pela LICITANTE das condições estabelecidas, em demonstração de até 08 (oito) horas de duração, de que o objeto ofertado atende aos requisitos tecnológicos e às funcionalidades previstas no Termo de Referência. Os recursos de hardware e software necessários à realização da prova de conceito serão de responsabilidade da proponente, que deverá, assim, disponibilizar em equipamento próprio, nas dependências da CONTRATANTE, com o objeto licitado devidamente instalado e em funcionamento, contendo uma base de dados mínima para testes.
- 4.10.3 A Prova de Conceito será por amostragem, servindo para demonstrar que a ferramenta submetida a avaliação contemplar os requisitos objetivos previamente estipulados, privilegiando a impessoalidade e a isonomia abrangendo características, qualidade, funcionalidade, desempenho entre outros restringindo-se aos requisitos tecnológicos e funcionais previstos. Não serão aceitas, para efeito de comprovação e homologação técnica, declarações da proponente ou do fabricante de que as funcionalidades estão em desenvolvimento ou serão desenvolvidas, bem assim, a simples apresentação de manuais.
- 4.10.4 Os licitantes que tiverem interesse em acompanhar a homologação técnica poderão fazê-lo, por meio de representante legal. Em caso de reprovação, será aberto prazo para recurso e contrarrecurso, e, caso seja mantida a reprovação, o pregoeiro convocará a segunda colocada, para homologação nas mesmas condições.
- 4.10.5 A solicitação de acompanhamento por parte dos licitantes interessados deverá ser obrigatoriamente agendada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas anteriores à data da realização do procedimento.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.10.6 Após o procedimento, será elaborado um relatório da homologação técnica, contendo os roteiros ou os planos de testes e a documentação comprobatória de sua realização.

4.10.7 Verificando-se, no curso da análise, o não atendimento de requisitos obrigatórios estabelecidos neste Termo de Referência, a proposta será desclassificada e poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente. Em sequência, será chamada a segunda colocada e, assim sucessivamente, até que seja declarada a vencedora do certame.

4.10.7.1 Critérios e procedimento de avaliação da prova de conceito

4.10.7.1.1 A avaliação e os testes visam CERTIFICAR que a solução apresentada pela LICITANTE, classificada em primeiro lugar, está em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

4.11 Para essa prova de conceito todos os seguintes itens deverão ser demonstrados, executados e, devidamente analisados pela comissão avaliadora, com base nas especificações técnicas deste termo de referência, conforme tabela avaliativa:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ATENDE | NÃO ATENDE | OBS |
|------------------|--|--------|------------|-----|
| UNIFORMES | | | | |
| | | | | |
| 1 | Deverá ser fornecido dois uniformes completo conforme especificado no Termo de Referência com minimamente: 1 (uma) calça comprida; 1 (uma) camisas de manga curta, com a identificação da empresa contratada e brasão do município bordado na manga; 1 (um) par de meia, na cor preta do tipo cano médio a alto (acima do tornozelo, padrão social; 1 (um) par de calçado do tipo sapato na cor preta; | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|------------------------|--|--|--|--|
| | 1 (um) Cinto de nylon; 1 (um) Apito; 1 (um) Cordão de apito; 1 (um) Lanterna recarregável acima de 12 LEDs. | | | |
| CÂMERA CORPORAL | | | | |
| 2 | A Câmera deverá ser fixada, de maneira firme e segura, no uniforme de um vigia ou controlador de acesso através de um suporte peitoral devidamente homologado pelo fabricante da solução e que permita plena integração com a interface do dispositivo. O portador do dispositivo deve realizar uma corrida e subir alguns degraus de escada. Após estes procedimentos, deve ser verificado se o equipamento permanece em sua orientação inicial; | | | |
| 3 | A Câmera Corporal deverá ser construída e montada de maneira que impeça o acesso ao hardware, memória, lentes, bateria e SIM Card sem utilização de ferramentas; | | | |
| 4 | A Câmera deverá apresentar resistência IP67. Para este procedimento, é necessário acionar a gravação na Câmera Corporal, após isso, mergulhá-la em recipiente com água, com menos de 1m de profundidade, por 30 minutos; | | | |
| 5 | A câmera deverá suportar a gravação por 1 (uma) hora exposta a radiação solar, com a finalidade de suportar o estresse térmico. | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| | A Câmera Corporal não poderá sofrer danos físicos, panes, ou deterioração do seu funcionamento. Os arquivos gerados não podem conter travamentos ou falhas; | | | |
| 6 | <p>A Câmera Corporal deverá apresentar indicadores que permitam ao operador visualizar o monitoramento de no mínimo as seguintes indicações: nível de carga de bateria, status de gravação, status de GPS, Conectividade (4G e Wi-Fi);</p> <p>Para as COP, que não possuam tela, tal recurso deverá ser visualizado por meio de aplicativo do smartphone (Android e iOS) ou pelo computador conectado as Dock Station;</p> | | | |
| 7 | A Câmera Corporal deverá permitir a reprodução dos vídeos armazenados em sua memória interna, ainda em campo, através de sua tela Touch Screen; | | | |
| 8 | Deve ser demonstrada a capacidade de comunicação em duas vias entre as Câmeras Corporais; | | | |
| 9 | Deve ser demonstrado através de evidências fornecidas pela fabricante que o armazenamento dos dados da câmera corporal é integrado ao dispositivo, sendo vedado a oferta de câmeras que façam uso de cartões de memória como armazenamento; | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|----|---|--|--|--|
| 10 | Deve ser demonstrado mecanismo capaz de configurar em lote dos parâmetros de ajuste das Câmeras Corporais, incluindo: modo de operação da gravação, aviso sonoro de acesso ao live view, permissão de desligamento, modo de operação do infravermelho e informações para conexão com a plataforma de monitoramento; | | | |
| 11 | Deve ser demonstrado que o usuário da Câmeras não tem acesso as interfaces de configuração da Câmera Corporal, caso a Câmera possua tela touch screen qualquer acesso a configuração deve ser protegido com senha configurável e alterável em lote; | | | |
| 12 | Deve ser demonstrada a capacidade de configurar o modo de gravação de áudio nos vídeos de rotina na Câmera Corporal, com a opção de gravação de rotina com áudio e sem áudio; | | | |
| 13 | Deve ser demonstrada a capacidade de capturar faces a pelo menos 3m de distância da câmera corpora, esta funcionalidade deve estar embarcada na Câmera Corporal e não processada de maneira externa; | | | |
| 14 | Deve ser demonstrado o acionamento remoto da gravação; | | | |
| 15 | A bateria deverá durar no mínimo 12 (doze) horas, sem acionamento remoto de live streaming, porém com | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|--------------------------------|---|--|--|--|
| | posicionamento GPS ativo, e deve demonstrar em pelo menos 4 momentos aleatórios, definidos pela comissão, de que é possível o início de gravação intencional a partir do acionamento local ou remoto; | | | |
| 16 | A Câmera Corporal deverá suportar o live streaming contínuo por um período mínimo de 6 (seis) horas; | | | |
| ESTAÇÃO DE CARREGAMENTO | | | | |
| 17 | Deve ser demonstrado que a Estação de Carregamento suporta a conexão simultânea de pelo menos 8 Câmeras Corporais; | | | |
| 18 | Deve ser demonstrada a capacidade de descarregar as gravações e recarregar por completo a bateria da Câmera Corporal em no máximo 4 horas; | | | |
| 19 | Deve ser demonstrado que após a conexão da Câmera Corporal na estação de carregamento e término da transferência das gravações, o usuário prévio logado na câmera corporal é desassociado; | | | |
| 20 | Deve demonstrar a capacidade da ferramenta realizar busca de arquivos por data e hora (original do arquivo e de upload), identificação do policial militar, pelo próprio nome do arquivo, pelo ID do dispositivo, TAG classificação da evidência, número da ocorrência, número do despacho e descrição; | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| SOFTWARE DE GESTÃO DE EVIDÊNCIAS | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 21 | Deve ser demonstrado a capacidade de reproduzir vídeos com a devida marca d'agua identificando o usuário logado no sistema. | | | |
| 22 | Deve ser demonstrado os recursos básicos de reprodução de vídeos: pause, play, avançar, retroceder, navegar através de arrastar e soltar durante a timeline de reprodução do arquivo, controlar o volume da reprodução de áudio do video, controle da velocidade de reprodução do video com pelo menos as velocidades 8x, 4x, 2x, 1x, 0.5x, 0.25x; | | | |
| 23 | Deve ser demonstrado que o algoritmo de integridade foi executado pela Câmera de Captura e está registrado como metadado nas evidências custodiadas pelo DEMS; | | | |
| 24 | Deve ser demonstrado a capacidade de gerar captura de frame do video em formato JPEG e realizar um recorte do video, gerando uma cópia da evidência apenas do período selecionado; | | | |
| 25 | Deve ser demonstrado que o player de vídeos do DEMS opera sem a necessidade de softwares adicionais, exclusivamente com os recursos nativos dos navegadores modernos como Chrome, Edge e Firefox; | | | |
| 26 | Deve ser demonstrado a capacidade de compartilhar a evidência com usuário | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|----|---|--|--|--|
| | internos e externo, selecionando período de compartilhamento e níveis de acesso; | | | |
| 27 | Deve ser demonstrado geração de relatório de arquivos custodiados no sistema, por dia, semana, mês, ano ou período configurável e por usuário. Com no mínimo os seguintes metadados: id do arquivo, nome do arquivo, status, se é uma cópia ou original, usuário criador do arquivo, grupo do usuário criador, hora de criação do arquivo, hora de upload do arquivo, tipo do arquivo, formato do arquivo, tamanho do arquivo, duração do arquivo, ID do dispositivo de captura, HASH do arquivo; | | | |
| 28 | Deve ser demonstrado a geração de relatório de evidências compartilhadas, contando com o usuário que compartilhou, com quem compartilhou, data do compartilhamento, nome do arquivo, quais as permissões concedidas no compartilhamento, data de expiração do compartilhamento; | | | |
| 29 | Deve ser demonstrada a capacidade de criar casos e associar evidências em lote através dos metadados: número da ocorrência, número do despacho, data e hora, ID de agentes; | | | |
| 30 | Deve ser demonstrado que o sistema mantém uma trilha de auditoria, para arquivos e casos, e que contém no mínimo | | | |



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

| | | | | |
|----|--|--|--|--|
| | os seguintes registros: Ação realizada, data e hora, usuário que realizou a ação, ID do usuário, IP de acesso; | | | |
| 31 | Deve ser demonstrado que quando um arquivo compartilhado com permissão de download é baixado, a cadeia de custódia deste arquivo é gerada em PDF e baixado em conjunto; | | | |
| 32 | O sistema deverá disponibilizar ambiente web responsivo para acesso às transcrições, compatível com navegadores modernos. | | | |
| 32 | Deve ser demonstrada a transcrição dos áudios das evidências geradas durante a avaliação de amostras; | | | |
| 33 | Deve ser demonstrada a capacidade de buscar por palavras de interesse no sistema de transcrição de áudios; | | | |
| 34 | Deve ser cadastrada uma palavra-chave no sistema de transcrição de áudio, gravar um novo vídeo com a Câmera Corporal com o registro de uma pessoa falando esta palavra cadastrada, retornar esta câmera para a estação de coleta e verificar se o alerta será gerado na Plataforma de Monitoramento; | | | |
| 35 | A solução deverá realizar transcrição automática de arquivos de áudio e vídeo, bem como transcrição em tempo real, suportando formatos comuns como MP3, WAV, MP4 e equivalentes. | | | |



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

| | | | | |
|----|---|--|--|--|
| 36 | O sistema deverá permitir a transcrição em tempo real de fluxos de vídeo recebidos nos formatos RTSP e RTMP, garantindo baixa latência na conversão de fala em texto. | | | |
| 37 | O sistema deverá aplicar automaticamente pontuação, parágrafos e elementos de estruturação textual para facilitar a leitura. | | | |
| 38 | O sistema deverá permitir busca textual com salto temporal, localizando o ponto exato do áudio ou vídeo em que a palavra ou expressão foi pronunciada. | | | |
| 39 | O sistema deverá permitir o registro prévio de palavras-chave, configuradas pelo administrador, para fins de monitoramento em tempo real. | | | |
| 40 | O sistema deverá possibilitar exportação das transcrições em múltiplos formatos, incluindo TXT, PDF, SRT e JSON estruturado. | | | |
| 41 | O sistema deverá manter trilha de auditoria completa de acessos e alterações realizadas, incluindo assinatura digital para verificação criptográfica de documentos. | | | |
| 42 | Deve ser demonstrado no DEMS o dashboard que permita acompanhar o status dos dispositivos do sistema, com pelo menos: Lista das estações de carregamento com data e hora da última sincronização, status de funcionamento | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | |
|---|---|--|--|--|
| | (online / offline), Lista dos storages exibindo status de funcionamento (Online / offline) e consumo de armazenamento; | | | |
| 43 | Deve ser demonstrado que as evidências custodiadas e baixadas do DEMS podem ser reproduzidas por qualquer player de video de mercado, sem a necessidade de players proprietários; | | | |
| ACIONAMENTO REMOTO, LIVE STREAMING E POSICIONAMENTO GLOBAL POR GPS | | | | |
| 44 | Deve ser iniciado a visualização do streaming da Câmera e localização GPS em tempo real; | | | |
| 45 | Deve ser demonstrado o posicionamento global da Câmera Corporal no software apresentado; | | | |
| 46 | Deve ser demonstrado a capacidade de receber um alarme de emergência quando o botão for pressionado na Câmera Corporal, o alarme deve apresentar notificação visual e sonora na tela do operador; | | | |
| 47 | O alarme deve permitir ao operador iniciar pronta visualização ao vivo do stream da câmera que pressionou o botão de emergência e sua localização GPS; | | | |
| 48 | Deve ser demonstrada a capacidade comunicação em duas vias entre a Câmera Corporal e a Plataforma de Monitoramento; | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.12 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 4.12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 4.12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 4.12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 4.12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 4.12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 4.12.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 4.12.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 4.12.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 4.12.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 4.12.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 4.12.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 4.12.12 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 A CONTRATADA deverá exercer o controle diário sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, procurando manter fixos os mesmos profissionais, evitando constantes substituições e minimizando, assim, prejuízos na prestação dos serviços.
- 5.2 Será permitido o acesso da Fiscalização da Contratante ao controle diário de frequência dos funcionários alocados na execução dos serviços ora contratados.
- 5.3 A contratada deverá responsabilizar-se pela imediata cobertura de eventuais ausências de funcionários, de modo a evitar descontinuidade ou má prestação dos serviços contratados. Poderá haver descontos de eventuais ausências que não atinjam a quantidade mínima de terceirizados estipulados no Termo de Referência.
- 5.4 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidade e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações e nas Convenções Coletivas de Trabalho pertinentes, bem como a utilização de acessórios, uniformes de primeira qualidade, adequados para cada situação, obedecendo orientação da contratante.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.5 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: em até 10 dias úteis da emissão da ordem de serviço.

5.6 Os SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO a serem contratados compreenderão a execução das seguintes atividades:

- 5.6.1 Prestar os serviços de controle de acesso, nos postos fixados pela Contratante, controlando o acesso de servidores, prestadores de serviços, usuários e todas as pessoas que pretendem ingressar nas unidades administrativas;
- 5.6.2 Assumir os postos pontualmente, uniformizados e com aparência pessoal de acordo com as normas estabelecidas pela empresa Contratada;
- 5.6.3 Executar verificações periódicas, adotando as providências e cuidados necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da normalidade;
- 5.6.4 Repassar para o controlador que está assumindo o posto todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações, devendo o porteiro registrar diariamente em livro de ocorrências quando da sua rendição;
- 5.6.5 Permitir o ingresso somente de pessoas devidamente identificadas e autorizadas nas dependências da Contratante, mantendo-se atento e observando o fluxo de pessoas e materiais que passam pelo posto;
- 5.6.6 Controlar a entrada no portão de acesso às dependências da Contratante, mantendo as portas de acesso sempre fechadas;
- 5.6.7 Controlar a entrada e saída de veículos, quando for o caso, registrando a identidade do motorista, placa e horários de chegada e partida, com exceção dos veículos já autorizados, mantendo sempre os portões fechados;
- 5.6.8 Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 5.6.9 Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse;
- 5.6.10 Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetivos avençados em contrato, mantendo-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender as chamadas ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 5.6.11 Verificar, diariamente, portas, portões e janelas constatando se estão devidamente fechadas e apagadas as lâmpadas acesas desnecessariamente;
- 5.6.12 Verificar por ocasião de cada vistoria regular do prédio, a existência de objeto(s) abandonado (s) (pacotes, embrulhos, entre outros) adotando as providências preventivas de segurança, recomendadas e/ou estabelecidas para a espécie;
- 5.6.13 Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas;
- 5.6.14 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato a Contratante;
- 5.6.15 Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 5.6.16 Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- 5.6.17 Deixar o posto somente após passar o serviço ao seu substituto, quando for o caso;
- 5.6.18 Executar supervisão diária conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
- 5.6.19 Auxiliar nas atividades da recepção quando necessário e couber;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.6.20 Colaborar com as policias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante, facilitando quando possível, à atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.6.21 Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança;

5.6.22 Comunicar todas as faltas ao responsável do posto após 20 minutos de atraso, para que o mesmo tome as providências quanto a cobertura do posto. Todas as coberturas de faltas dos porteiros deverão ser registradas no livro de ocorrência, bem como, comunicadas ao responsável pelo posto;

5.6.23 Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas, veículos, bens patrimoniais, equipamentos e materiais nas dependências da Contratante;

5.6.24 Registrar os acessos aos prédios públicos e demais locais onde estiverem instalados estes postos de serviço;

5.6.25 Cumprir a programação dos serviços feitos periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes.

5.7 Os **SERVIÇOS DE VIGIA** a serem contratados compreenderão a execução das seguintes atividades:

5.7.1 Prestar os serviços nos postos fixados pela Contratante, zelando pela guarda do patrimônio público, percorrendo e inspecionando sistemicamente suas dependências (ronda), bem como resguardando os alunos, professores e funcionários durante seus períodos de permanência nas instituições de ensino, adotando as providências e cuidados necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da normalidade;

5.7.2 Assumir os postos pontualmente, uniformizados e com aparência pessoal de acordo com as normas estabelecidas pela empresa Contratada;

5.7.3 Repassar para o vigia que está assumindo o posto todas às orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações, devendo o vigia registrar diariamente em livro de ocorrências quando da sua rendição;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 5.7.4 Fazer o controle para que somente pessoas devidamente identificadas e autorizadas circulem nas dependências da Contratante;
- 5.7.5 Controlar a entrada e saída de veículos, quando for o caso, registrando a identidade do motorista, placa e horários de chegada e partida, com exceção dos veículos já autorizados, mantendo sempre os portões fechados;
- 5.7.6 Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 5.7.7 Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse;
- 5.7.8 Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entenderem oportunas;
- 5.7.9 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato a Contratante;
- 5.7.10 Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 5.7.11 Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- 5.7.12 Não se ausentar do posto, a não ser no momento de sua rendição;
- 5.7.13 Executar supervisão diária conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;
- 5.7.14 Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 5.7.15 Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes.

5.8 Do Uso da Tecnologia no Apoio à Execução dos Serviços

- 5.8.1 A fim de assegurar maior eficácia, controle, rastreabilidade e segurança na execução dos serviços de vigilância e controle de acesso, a prestação contratada deverá ser integrada a um conjunto de tecnologias de monitoramento e custódia de dados, com destaque para o uso de câmeras corporais operacionais, estações de carregamento com autenticação biométrica, armazenamento seguro em nuvem e sistema de gestão digital de evidências (DEMS).
- 5.8.2 Cada profissional designado ao posto de serviço utilizará, durante todo o turno, uma câmera corporal individual, acoplada de forma segura ao uniforme, devidamente identificada por número de série único e configurada para gravação contínua de vídeo, áudio e geolocalização por meio de GPS ativo. A câmera deverá operar com modo velado em situações estratégicas, mantendo-se sempre ativa para gravação de rotina, respeitando os critérios de segurança, privacidade e transparência da Administração.
- 5.8.3 Todas as ações críticas realizadas pelo profissional — como controle de entrada e saída de pessoas, abordagem a indivíduos suspeitos, ocorrências relatadas em tempo real ou inspeções noturnas — estarão registradas pela câmera, com metadados vinculados (data, hora, local, ID do operador e da câmera), assegurando prova digital íntegra e rastreável. Esse material será automaticamente transferido, ao final do turno, para as estações de carregamento, que também realizam a identificação biométrica do usuário e o upload dos dados para o sistema DEMS, preservando a cadeia de custódia digital e impedindo acessos não autorizados.

5.9 Rotina Operacional Diária da Solução Tecnológica

5.9.1 Início do turno:

- 5.9.1.1 O profissional se apresenta no ponto de apoio para **retirada da câmera corporal**.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.9.1.2 A autenticação biométrica na estação de carregamento libera o equipamento, vinculando-o ao operador do turno.

5.9.1.3 A câmera entra em **modo de gravação contínua** com geolocalização ativada.

5.9.2 Durante o turno:

5.9.2.1 Toda movimentação e atividade operacional é gravada, inclusive em situações de abordagem, rondas, inspeções externas e atendimento ao público.

Em caso de ocorrência relevante, o profissional poderá utilizar o **botão de alerta** para notificar o centro de monitoramento, ativando o **live streaming** da câmera em tempo real.

5.9.2.2 As imagens captadas serão enriquecidas com metadados e **logs automáticos de eventos**, garantindo segurança e responsabilidade sobre cada ação executada.

5.9.3 Fim do turno

5.9.3.1 A câmera é devolvida à estação de carregamento.

5.9.3.2 O sistema reconhece o profissional por biometria, descarrega os arquivos, associa os dados à jornada registrada e inicia o carregamento do equipamento.

5.9.3.3 O profissional registra sua rendição e, caso necessário, complementa as informações no **livro digital de ocorrências** gerado no DEMS.

5.9.3.4 Pós-turno / Gestão:

5.9.3.5 O sistema DEMS disponibiliza os vídeos para a gestão da contratante, com acesso segmentado por perfis de autorização.

5.9.3.6 As evidências podem ser utilizadas como fonte documental para fiscalização contratual, apuração de denúncias, controle da efetividade dos serviços ou suporte a autoridades públicas.

5.10 Materiais a serem disponibilizados (além dos equipamentos tecnológicos citados no item anterior e dos uniformes)

5.10.1 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários listados abaixo , nas



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

1 (um) Apito;

1 (um) Cordão de apito;

1 (um) Lanterna recarregável acima de 12 LEDs

MATERIAIS

| Nº | ITEM | Detalhamento | Quant |
|----|-------|---|-------|
| 01 | Apito | <p>Instrumento sonoro de alerta e comunicação para uso por vigias/segurança.</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: apito <i>pealess</i> (sem bolinha interna) para funcionamento confiável em condições de umidade, frio e sujeira.• Material: aço inoxidável AISI 304 polido ou ABS de engenharia (polycarbonato) com reforço interno; acabamento sem rebarbas.• Dimensões aproximadas: 45–60 mm comprimento × 20–30 mm largura × 15–25 mm altura.• Nível sonoro mínimo: ≥ 115 dB (A) a 1 m em condição normal de uso (medição em laboratório ou por aparelho calibrado).• Faixa de frequência: sinal agudo de fácil percepção em ambientes externos (característica de projeto do fabricante).• Fixação: orifício para cordão/argola com diâmetro mínimo compatível com o cordão especificado.• Resistência química/ambiental: resistente à chuva e ao suor; material não deve degradar com exposição rotineira. | 535 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|---------------------------|--|-----|
| | | <p>Acondicionamento e rotulagem: embalagem individual, etiqueta com razão social do fabricante/fornecedor, material, modelo, instrução de uso e limpeza.</p> <p>Garantia: mínimo 12 meses contra defeito de fabricação.</p> <p>Critério de aceitação: apito entregue sem danos; teste funcional em amostra (emissão sonora ≥ 115 dB a 1 m).</p> | |
| 02 | Cordão de apito (lanyard) | <p>Suspensão e retenção do apito no pescoço do usuário, com requisitos de segurança e durabilidade.</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material: fios de poliéster/nylon trançado de alta tenacidade, toque macio e resistência à abrasão.• Largura: 8–12 mm.• Comprimento total (não esticado): 80–100 cm (comprimento útil para uso em torno do pescoço).• Sistema de segurança: fecho breakaway com abertura por tração para liberação automática em caso de engate, reduzindo risco de estrangulamento; fecho mecânico resistente e confiável.• Acessórios: argola metálica inox (ou equivalente anticorrosivo) para fixação do apito; clipe secundário (opcional) para fixação a roupa.• Resistência mínima à tração: recomendada ≥ 200 N (20 kgf) antes da ruptura do corpo do cordão (exceto no ponto do breakaway).• Cor: preta ou cor definida pela Administração; tingimento resistente à lavagem.• Acabamento: pontas termofusionadas ou costuradas para evitar desfiamento; costuras reforçadas nas junções. <p>Acondicionamento e rotulagem: embalagem individual</p> | 541 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|-----------------------|--|-----|
| | | (bolsa plástica), etiqueta com composição, instruções de uso e CNPJ do fornecedor. Garantia: mínimo 12 meses contra defeito de fabricação. Critério de aceitação: inspeção visual (costuras, acabamentos), teste funcional do breakaway e verificação de ancoragem do apito. | |
| 03 | Lanterna recarregável | <p>Iluminação portátil recarregável para operações noturnas e de baixa luminosidade.</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo de LEDs: array de ≥ 12 LEDs SMD/COB de alta eficiência (conjunto principal) e LED(s) frontais de foco, se aplicável.• Fluxo luminoso (alto): mínimo 300 lumens em modo alto (valor de referência de fabricante); saída em modos reduzidos conforme abaixo.• Modos de operação: pelo menos 4 modos (Alto / Médio / Baixo / SOS ou Strobo).• Fonte de energia: bateria recarregável de íon-lítio (ex.: célula 18650 ou pack equivalente); tensão nominal e capacidade conforme fabricante, com autonomia compatível (ex.: ≥ 4 horas em modo médio).• Carregamento: com cabo fornecido; indicador de carga (LED) e proteção contra sobrecarga. Tempo de carga recomendado ≤ 6 horas (dependendo da capacidade da bateria).• Construção: corpo em alumínio usinado ou ABS de engenharia com dissipação térmica; resistência ao impacto compatível com uso operacional. | 541 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | |
|--|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Proteção contra água: mínimo IPX4 (resistente a respingos); preferível IPX6 ou superior para resistência à chuva intensa.• Peso e dimensões: portátil e ergonômica; empunhadura confortável para uso prolongado.• Recursos adicionais: suporte para fixação (clip ou gancho), suporte magnético ou base (opcional), botão de seleção de modos com trava contra acionamento inadvertido.• Segurança elétrica: circuitos com proteção contra curto-circuito e inversão de polaridade.• Etiqueta e marcação: identificação do fabricante, modelo, tensão/capacidade da bateria, instruções de carregamento e advertências. <p>Acondicionamento e rotulagem: embalagem individual com cabo de carregamento, manual de instruções e comprovante de garantia. Etiqueta com informações técnicas e CNPJ.</p> <p>Garantia: mínimo 12 meses (bateria e componentes elétricos inclusos), com assistência técnica e reposição de componentes defeituosos.</p> <p>Critério de aceitação (teste funcional mínimo):</p> <ul style="list-style-type: none">• Carregamento e funcionamento;• Verificação dos modos (alto/médio/baixo/sos);• Medição aproximada do fluxo luminoso mediante instrumento do fornecedor (ou declaração técnica do fabricante acompanhada de laudo/referência) ou verificação prática de iluminação;• Verificação do tempo de autonomia em modo médio conforme declaração técnica do fornecedor. | |
|--|--|--|



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

5.11 UNIFORME

5.11.1 Vestimenta a ser disponibilizada:

- A. 4 (quatro) calças compridas;
- B. 2 (duas) camisas de manga curta, com a identificação da empresa contratada;
- C. 2 (duas) camisas de manga comprida, com a identificação da empresa contratada;
- D. 4 (quatro) pares de meias, na cor preta, cano médio a alto (acima do tornozelo, padrão social);
- E. 2 (dois) pares de calçados do tipo sapato na cor preta;
- F. 2 (dois) Cintos de nylon;
- G. 2 (duas) Jaquetas;
- H. 2 (duas) Capas de nylon;
- I. 1 (um) crachá de identificação com fotografia;
- J. 2 (duas) Gravatas.

| Nº | ITEM | Detalhamento | Quant |
|----|----------------|---|-------|
| 01 | Calça Comprida | <p>Calça de uso profissional com perfil social, estruturada para apresentação formal e conforto no uso contínuo, mantendo resistência e boa aparência.</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tecido: Gabardine profissional (tecido social), composição: 65% poliéster / 35% algodão.• Gramatura: 230–260 g/m² (padrão social resistente, com caimento firme).• Acabamento: tratamento anti-pilling e estabilidade dimensional. | 04 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|-----------------------|---|----|
| | | <ul style="list-style-type: none">• Modelagem: corte social reto, com pregas frontais opcionais conforme grade; bolsos faca frontais e dois bolsos traseiros embutidos.• Cós: tecido duplo com 6 passadores, largura 4 cm.• Aviamentos: botão 4 furos em resina; zíper metálico ou poliéster de alta resistência; linha 100% poliéster nº 80.• Cor: padrão determinado pela Administração (ex.: azul-marinho ou preto, conforme identidade visual).• Acabamento: costuras reforçadas, bainha tradicional social, sem sobras de fios ou deformações. | |
| 02 | Camisa De Manga Curta | <p>Camisas de botão, estilo social, adequadas ao uso com gravata, mantendo apresentação formal.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tecido: tricoline social.• Composição: 65% poliéster / 35% algodão (ou 55% algodão / 45% poliéster).• Gramatura: 120–150 g/m² (padrão social leve, respirável e resistente).• Modelagem: social tradicional; gola tipo italiana ou semi-italiana, rígida, apropriada para gravata;• Punhos (manga curta): barra reforçada;• Aviamentos: botões resina 12 mm; linha poliéster; caseado reforçado; entretela na gola e no peitilho. | 02 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|--------------------------|--|----|
| | | <ul style="list-style-type: none">• Identificação: bordado computadorizado discreto no peito (conforme identidade visual).• Acabamento: tratamento anti-amassado e estabilidade dimensional. | |
| 03 | Camisa De Manga Comprida | <p>Camisas de botão, estilo social de manga comprida, adequadas ao uso com gravata, mantendo apresentação formal.</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tecido: tricoline social.• Composição: 65% poliéster / 35% algodão (ou 55% algodão / 45% poliéster).• Gramatura: 120–150 g/m² (padrão social leve, respirável e resistente).• Modelagem: social tradicional; gola tipo italiana ou semi-italiana, rígida, apropriada para gravata;• Punhos: com fechamento por botão;• Aviamentos: botões resina 12 mm; linha poliéster; caseado reforçado; entretela na gola e no peitilho.• Identificação: bordado computadorizado discreto no peito (conforme identidade visual).• Acabamento: tratamento anti-amassado e estabilidade dimensional. | 02 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|-----------------|---|----|
| 04 | Par de Meia | <p>Meias de uso social, adequadas ao uniforme formal dos vigias, com conforto térmico e resistência ao uso contínuo.</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Composição: 99% poliamida, 01% elastano (ou composição equivalente em indústria têxtil social).• Construção: cano médio a alto (acima do tornozelo, padrão social);• Acabamento: reforço no calcanhar e na ponta;• Elástico: confortável, com baixa compressão e sem estrangulamento;• Cor: preta uniforme, sem brilho excessivo;• Características: tecido respirável, toque macio, sem costuras grossas. | 04 |
| 05 | Sapato | <p>Material: couro sintético ou couro legítimo com forro em tecido respirável;</p> <p>solado: borracha ou PU antiderrapante; palmilha com amortecimento e entressola com resistência à abrasão; fechamento por cadarço ou fechamento apropriado; acabamento e costura de segurança; biqueira conformada e sola com índice mínimo de resistência ao deslizamento conforme norma aplicável (ex.: tabela do fabricante). (Especificação funcional para garantir ergonomia e resistência.)</p> | 02 |
| 06 | Cintos De Nylon | <p>Material: nylon 100% de alta tenacidade; largura: 3,5 a 4,0 cm; fivela metálica com acabamento</p> | 02 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|---------------------|--|----|
| | | cromado ou niquelado; resistência à tração compatível com uso operacional; costuras de reforço nas extremidades. | |
| 07 | Jaqueta corta-vento | <p>Jaquetas leves, funcionais e resistentes ao vento, adequadas para vigias em ambiente externo.</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tecido externo: 100% poliéster ou nylon leve com tratamento corta-vento.• Gramatura: 85–120 g/m² (leve, compacta, adequada ao uso contínuo).• Forro: malha ou poliéster respirável com microfibra fina.• Fechamento: zíper de alta resistência (100% poliéster).• Punhos: elástico 20–30 mm.• Cós: elástico interno ou ajuste discreto.• Bolsos: frontais com fechamento ou lapela.• Identificação: bordado ou etiqueta institucional conforme padrão. | 02 |
| 08 | Capas De Nylon | <p>Tecido: nylon impermeável com membrana ou acabamento PU; gramatura: compatível com proteção contra chuva (recomendado 100–140 g/m² ou conforme amostra técnica); costuras reforçadas; fechamento com botões pressionáveis ou zíper oculto; bainhas com tratamento anti-fuga de água. Comprimento: até a altura do joelho (padrão adulto); Ventilação: aberturas estratégicas para</p> | 02 |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|----|--|---|----|
| | | respiração interna;. Etiqueta interna com composição e instrução de lavagem. | |
| 09 | Crachá De Identificação Com Fotografia | Material: cartão rígido PVC laminado 760–850 µm ou placa rígida similar; impressão a cores com foto digital (300 dpi), nome, matrícula/cargo e razão social; proteção: laminação anti-risco; fixação: cordão e clip metálico; dimensão aproximada 86 × 54 mm (CR80). Impressão com qualidade e durabilidade para uso diário. | 01 |
| 10 | Gravatas | Tecido: poliéster 100% ou microfibra (fácil conservação). Largura padrão: 7–8 cm; comprimento padrão executivo; costura interna reforçada; acabamento com etiqueta de composição e instrução de manutenção. Cor/tonalidade padronizada de acordo com identidade visual do órgão. | 02 |

Requisitos técnicos comuns e tolerâncias

- Todas as peças devem ser entregues novas, embaladas individualmente, sem manchas, defeitos, fios soltos ou deformações.
- **Etiquetas:** todas as peças deverão apresentar etiqueta costurada com razão social, CNPJ, composição têxtil, país de origem, tamanho e instruções de lavagem.
- A contratada deve substituir qualquer item com defeito de fabricação ou divergência de tamanho.
- **Costuras e acabamentos:** costuras em overlock nas emendas e pesponto nas áreas de maior tensão; linhas 100% poliéster.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- **Logotipos e identificação:** bordado computadorizado ou silk de alta durabilidade conforme posição definida; dimensões e cores conforme padrão institucional. (Quando previsto no TR, utilizar bordado computadorizado conforme modelos).
- **Amostras:** apresentação de amostras físicas prévias para aprovação pelo setor responsável antes da entrega em massa; aceitação e substituição conforme TR.
- **Garantia e substituição:** garantia mínima contratual sobre fabricação; substituição de peças não conformes no prazo previsto pelo edital (padrão TR de Carapicuíba aplicado).

5.11.2 É vedado à CONTRATADA colocar nos uniformes dos prestadores de serviço inscrições, imagens ou propaganda religiosa, comercial ou partidária, ficando limitada à colocação do logotipo da empresa ocupando 1/5 da área posterior do uniforme.

5.11.3 As camisas do uniforme dos vigias deverão ter uma cor diferente da cor das camisas do uniforme dos controladores de acesso. Durante a vigência do contrato, a empresa deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e qualidade de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

5.11.4 É vedada a prestação de serviços sem estar devidamente uniformizado. A Contratada deve submeter, previamente, à fiscalização as amostras dos Uniformes.

5.11.5 Para garantir a adequada apresentação pessoal, padronização visual e durabilidade durante o exercício das funções de vigilância e controle de acesso, os uniformes a serem fornecidos pela contratada deverão atender a padrões mínimos de qualidade, resistência e conforto térmico, compatíveis com as exigências da rotina operacional. A escolha dos materiais deve considerar não apenas a estética e uniformização institucional, mas também

a resistência ao uso contínuo, à exposição a intempéries e à movimentação física constante dos profissionais, especialmente durante rondas, controle de acesso, atendimento ao público e eventual atuação em ocorrências.

5.11.6 As camisas de manga curta e longa deverão ser, preferencialmente, confeccionadas em leve, compostas por uma mistura de 65% poliéster e 35% algodão, ou materiais equivalentes, o que proporciona equilíbrio entre durabilidade, ventilação e facilidade de lavagem. Esse tipo de tecido é amplamente utilizado em vestuário



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

profissional e corporativo devido à sua resistência e conforto. O corte deverá ser anatômico, com costuras reforçadas, bolsos funcionais e colarinho estruturado. O logotipo da empresa contratada deverá ser inserido de forma visível, respeitando o limite de 1/5 da área posterior do uniforme, vedada a inserção de símbolos religiosos, partidários ou comerciais.

5.11.7 As calças compridas deverão seguir o mesmo padrão técnico das camisas, podendo ser confeccionadas em tecido resistente com reforço nos joelhos, bolsos laterais funcionais com fechamento em velcro ou zíper e costuras duplas nas áreas de maior atrito. As jaquetas deverão oferecer proteção contra vento e umidade, sendo confeccionadas com material impermeável e forro interno leve, dotadas de fechamento por zíper, punhos ajustáveis e capuz embutido. Esses itens são indispensáveis para garantir o conforto e a segurança dos profissionais em atividades externas, especialmente nos turnos noturnos ou em condições climáticas adversas.

5.11.8 Os cintos deverão ser confeccionados em nylon de alta tenacidade, com fivela de fechamento rápido (em metal ou polímero resistente) e ajuste de tamanho compatível com uso sobre o uniforme. Os calçados deverão ser do tipo social ou operacional, em couro ou material sintético de alta resistência, com solado antiderrapante, costuras reforçadas e palmilha anatômica, garantindo conforto e proteção para longas jornadas de trabalho. As meias deverão seguir a composição de 99% poliamida, 01% elastano, proporcionando absorção de umidade e conforto térmico.

5.11.9 Todos os profissionais deverão utilizar crachá de identificação funcional contendo fotografia, nome, cargo e logotipo da empresa, bem como gravata padrão, preferencialmente do tipo clip, conforme orientação da fiscalização.

5.11.10 Ressalta-se que as descrições acima referem-se às características aproximadas e referenciais mínimas dos materiais a serem utilizados, sendo admitidas variações que resultem em qualidade equivalente ou superior. Tal previsão visa evitar restrição ao caráter competitivo da licitação, garantindo que diferentes fornecedores possam atender ao objeto, desde que assegurem a mesma funcionalidade, durabilidade, conforto e apresentação exigidos para a perfeita execução dos serviços. A contratada deverá apresentar amostras para análise e aprovação prévia pela fiscalização,



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

responsabilizando-se pela substituição e fornecimento contínuo dos uniformes em quantidade e qualidade adequadas durante toda a vigência contratual.

5.11.11 A CONTRATADA deverá fornecer os uniformes a seus funcionários da seguinte forma:

- K. No início da vigência do contrato a contratada deverá fornecer: 02 (duas) calças, 02 (dois) pares de meias, 01 (um) par de sapato, 1 (uma) camisa de manga curta, 1 (uma) camisa de manga comprida, 1 (uma) jaqueta, 1 (uma) capa de nylon e 1 (uma) gravata.
- L. O quantitativo restante deverá ser fornecido após 6 (seis) meses de uso;
- M. O crachá de identificação será fornecido uma única vez, no início da vigência do contrato.

5.11.12 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.11.13 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.12 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.5 PREPOSTO

- 6.5.1 Cabe a Contratada indicar um preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, quando for necessário.
- 6.5.2 O preposto deverá apresentar à fiscalização, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, de cada posto, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a vigência da contratação, bem como tratar de quaisquer assuntos pertinentes
- 6.5.3 O preposto deve estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 6.5.4 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução de processo
- 6.5.5 O preposto designado para atuar junto às **unidades escolares** deverá possuir experiência comprovada na gestão de equipes em ambiente educacional;
- 6.5.6 Deve também possuir **curso de liderança e gestão de conflitos**, além de conhecimento básico em **legislação educacional e proteção de menores**.

6.6 Rotinas de Fiscalização

- 6.6.1 A gestão e fiscalização do contrato decorrente deste termo caberá a servidor a ser designado formalmente pela Contratante, que determinará o que for necessário para plena execução dos serviços contratados.
- 6.6.2 Aos servidores designados para a gestão do contrato, incumbem:
 - A. Encaminhar o processo administrativo ao Fiscal do Contrato, para que sejam feitas as devidas anotações e para abertura do registro/livro de ocorrências;
 - B. Executar e controlar a liberação de faturamento das Notas Fiscais enviadas;
 - C. Recebimento e conferência prévia da Fatura/Nota Fiscal enviada pela empresa;
 - D. Encaminhar Nota Fiscal para atestação do Fiscal;
 - E. Providenciar pedidos de emissão de Nota de Empenho (NE) para cobertura de exercício financeiro; pedidos de reempenho, cancelamento, reforço, complemento, etc.;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- F. Receber e providenciar solução, determinando junto à contratada o que julgar necessário à regularização de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais na execução dos serviços e na apresentação e conduta de seus funcionários, informados e não solucionados pelo Fiscal, encaminhando à Administração caso não seja possível saná-los sem intervenção oficial;
- G. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial a aplicação de sanções, alterações, reajustes e repactuações;
- H. Fiscalizar o devido cumprimento, pela contratada, das exigências legais aplicáveis, particularmente no que se refere aos itens a seguir:
- 1) O recolhimento do FGTS;
 - 2) O pagamento de salários no prazo previsto em lei;
 - 3) O fornecimento de vale transporte e auxílio refeição e/ou alimentação;
 - 4) O pagamento do 13º salário;
 - 5) A concessão de férias e correspondente pagamento de adicional de férias, na forma da Lei;
 - 6) A realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso;
 - 7) O encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como RAIS e a CAGED;
 - 8) O cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
 - 9) O cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos funcionários vinculados ao contrato.
 - 10) Emitir aviso de término no prazo de 90 (noventa) dias corridos antes do término da vigência do contrato;

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização do contrato caberá à Contratante, mediante servidor(es) a ser(em) designado(s) em tempo oportuno, sendo substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outros servidores lotados na Administração. Aos servidores, designados para o acompanhamento e fiscalização do contrato, incumbem:

- A. Verificar se a prestação de serviços está sendo realizada em conformidade com o objeto da contratação;
- B. Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento e praticar os atos indispensáveis à boa execução dos contratos sob sua responsabilidade;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- C. Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução dos contratos, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aqueles destinados a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;
- D. Responder a eventuais esclarecimentos técnicos suscitados pela Contratada;
- E. Manter livro ou registro onde anotará todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;
- F. Comunicar à contratada quaisquer ocorrências ou falha no âmbito do objeto contratual, solicitando solução com prazo determinado, quando aplicável;
- G. Notificar ao Gestor sobre quaisquer falhas, irregularidades ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da contratada);
- H. Atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada, verificando seu correto preenchimento;
- I. Verificar a adequação dos serviços prestados com relação à rotina de execução estabelecida;

Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a Contratante ou modificação da contratação.

A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Administração ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato à Administração dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal técnico fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida.

O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.6.3 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 6.6.4 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.6.5 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.6.6 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

- 6.6.7 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.6.8 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

- 6.6.9 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.6.10 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.11 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.12 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.13 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.14 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.6.15 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.6.16 receber e dar encaminhamento imediato:

6.6.16.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.6.16.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.



7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), porém ressalta-se que A utilização do mesmo não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2 O IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. É uma ferramenta que a Administração pode utilizar para identificar o grau de adimplemento contratual, constituindo, assim, meio de prova a ser analisado, no momento de eventual fase de renovação contratual.

7.3 Mensalmente, o Contratante realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados e calculará a Nota Mensal de Avaliação – NMA, considerando os pontos perdidos nas avaliações dos indicadores estabelecidos na tabela abaixo, considerando registros próprios da Fiscalização.

7.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.4.1 não produziu os resultados acordados; ou

7.4.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.4.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5 Os pagamentos da contratada poderão sofrer reduções caso os níveis mínimos de qualidade não sejam atingidos. Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante:

| Qualidade da Prestação de Serviços de controle de acessos e Vigia | |
|--|---|
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir a execução adequada de controle de acesso e vigia. |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---|---|
| Meta a cumprir | Prestação, com qualidade, dos serviços descritos no TR. |
| Periodicidade | Avaliação Mensal. |
| Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços | 0,2 ponto por ocorrência |
| Deixar de registrar e de controlar, a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados | 1 ponto por ocorrência |
| Deixar de orientar regularmente seus empregados quanto às normas internas da Contratante e quanto à técnica e à forma de execução de todos os serviços | 0,3 ponto por ocorrência |
| Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inadequado ou que não atenda às necessidades do Contratante após solicitação da fiscalização | 1 ponto por ocorrência |
| Enviar funcionários não uniformizados, com uniforme incompleto ou com sujo/manchado/mal apresentado e/ou sem crachá de identificação | 0,3 ponto por ocorrência |
| Deixar de indicar preposto no início da vigência do contrato e/ou não manter preposto durante a vigência | 1 ponto por ocorrência |
| Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada | 0,2 ponto por ocorrência |
| Deixar de manter livro de ocorrência preenchido diariamente pelo encarregado, que poderá | 0,2 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|--|--------------------------|
| conter ainda observações inseridas pelos representantes da Contratante | |
| Determinar ou permitir que seus empregados realizem outras atividades que a não execução dos serviços contratados durante o horário de expedientes nas dependências da Contratante | 0,6 ponto por ocorrência |
| Deixar de disponibilizar os uniformes previstos no Termo de Referência | 0,5 ponto por ocorrência |
| Deixar de relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados | 0,6 ponto por ocorrência |
| Retirar funcionários do serviço durante o expediente sem prévia anuência do contratante | 1 ponto por ocorrência |
| Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes devidamente comprovado | 1 ponto por ocorrência |
| Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do contratado | 0,5 ponto por ocorrência |
| Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 0,3 ponto por ocorrência |
| Fornecer informações falsas sobre o serviço | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de entregar ou entregar com atraso esclarecimentos formais quando solicitados pela contratante | 0,4 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---|--------------------------|
| Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo quando deve ser permanente | 0,5 ponto por ocorrência |
| Deixar de cumprir determinação formal da contratante | 0,5 ponto por ocorrência |
| Deixar de ressarcir o contratante por danos causados ao patrimônio por dolo, negligência, imperícia ou imprudência | 0,6 ponto por ocorrência |
| Deixar de apresentar notas fiscais no prazo correto | 0,6 ponto por ocorrência |
| Deixar de aferir a pontualidade e horário de trabalho dos seus empregados, bem como não fornecer esse registro de presença com horário trabalhado caso solicitado pela fiscalização. | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de enviar a relação nominal com CPF e RG dos empregados que irão prestar os serviços | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de assumir a responsabilidade pelas obrigações estabelecidas na legislação quanto à acidentes de trabalho | 0,8 ponto por ocorrência |
| Não efetuar reposição de empregados para suprir eventual falta ou quaisquer outras hipóteses de afastamento | 0,8 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|--|-----------------------|
| Deixar de dar início à execução do contrato na data indicada no Termo de Autorização de Início de Serviço | 1 ponto na ocorrência |
|--|-----------------------|

7.6 O contratante executará glosa calculada pela seguinte equação:

7.6.1 $NOTA\ MENSAL\ DE\ AVALIAÇÃO\ (NMA) = \sum \text{Pontos}$

| Nota mensal | Glosa |
|---------------------------------|---|
| 1 (um) ponto | Não há glosa, apenas advertência |
| 2 (dois) pontos | Glosa correspondente a 1% do valor mensal |
| 3 (três) pontos | Glosa correspondente a 2% do valor mensal |
| 4 (quatro) pontos | Glosa correspondente a 3% do valor mensal |
| 5 (cinco) pontos | Glosa correspondente a 4% do valor mensal |
| 6 (seis) pontos | Glosa correspondente a 5% do valor mensal |
| 7 (sete) pontos | Glosa correspondente a 6% do valor mensal |
| Acima de 7 (sete) pontos | Glosa correspondente a 6% do valor mensal, acrescido de 1% por ponto extra acima de 7 |

Do recebimento

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

Para efeito de recebimento provisório, conforme orienta o Decreto Municipal 4.121/24, será considerado o prazo de 05 (cinco) dias contados da entrega do recebimento de comunicação de cobrança.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Ao final de cada período/evento de faturamento:

o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Conforme orienta o Decreto Municipal 4.121/24, os serviços serão recebidos definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 02 (dois) servidores públicos efetivos, designados pela

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

autoridade máxima da Administração, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

7.6.2 Para concretizar o recebimento definitivo deverá ser feita a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos: Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.6.3 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.6.4 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.5 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.6 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, deverá ser realizada procedimento visando liquidação. Ressalta-se que correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.6.7 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.6.8 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Repactuação

7.7 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.8 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.8.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.8.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.9 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.9.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.10 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.11 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.12 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.13 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.14 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.14.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.15 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.16 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.17 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.18 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.19 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.20 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.21 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.22 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.23 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.24 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.25 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.26 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.27 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 10 dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.28 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.29 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.30 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.31 O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.32 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.33 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento

Reajuste

7.34 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da publicação do orçamento estimado pela administração pública, observando-se assim a data de publicação do Edital para isto.

7.35 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.40 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41 O reajuste será realizado por apostilamento.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Conta-Depósito Vinculada

7.42 Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.43 O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.44 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.45 O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.46 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS; e
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.47 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.48 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.49 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.50 O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.51 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.52 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.53 O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.54 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão **aplicadas** ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.1.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.1.4 Multa:

Moratória, observando 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso

Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;;

Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.

3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto do contrato.

30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total do objeto do contrato. § 1º Se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa;

Os atos convocatórios e os contratos poderão dispor de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo órgão ou entidade da Administração;

O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo Gestor de Contratos, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Para fins de clareza, ressalta-se que todas as sanções estipuladas acima orientam-se com base no Decreto Municipal 4.121/24 desta Administração Pública PMAC.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.1.5 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

8.1.6 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.1.7 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.1.8 as peculiaridades do caso concreto;
- 8.1.9 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.1.10 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.1.11 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da **Administração** Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos **neste Termo de Referência** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, **informar** e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- 8.1.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis **de** reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor global, com o modo de disputa aberto, pelo Sistema de Registro de Preços.
- 9.2 O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Unitário, proporcionando maior **flexibilidade administrativa**, permitindo o **ajuste de quantidades conforme a necessidade da Administração**, dentro dos limites legais e contratuais. Além de favorecer a **transparência e o controle da execução contratual**, permitindo a Administração acompanhar com precisão o custo por unidade de serviço, bem como facilitar eventuais repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros, conforme previsto na legislação vigente, em consonância com o Art. 92 da Lei Federal 14.133/21;
- 9.3 As LICITANTES deverão encaminhar suas respectivas propostas acompanhadas de planilhas de formação de custos (planilha aberta) que demonstre os métodos utilizados para estimar o valor proposto à execução.
- 9.4 A planilha deverá apresentar com clareza os métodos de cálculo e precificação. A planilha obedecerá preferencialmente a IN Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/SECRETARIA DE GESTÃO (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>). Consta em anexo a este Termo de Referência modelo da planilha, que visa facilitar tanto o preenchimento da mesma por parte das LICITANTES, quanto a compreensão e avaliação das mesmas por parte da CONTRATANTE

9.5 Exigências de habilitação



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.5.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.6 Habilitação jurídica

9.6.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.6.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.7.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.7.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.7.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.8 Qualificação Econômico-Financeira

9.8.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.8.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

9.8.3 dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\underline{G} = \frac{\text{ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{ativo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\underline{G} = \frac{\text{ativo Total}}{\text{ativo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\underline{C} = \frac{\text{ativo Circulante}}{\text{ativo Circulante}}$$

9.9 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10%** e a comprovação do **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** de, no mínimo, 16,66%, ambos referentes ao **valor total estimado da contratação**. Tal exigência tem base legal no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022.

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.10 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.11 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.12 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.13 Qualificação Técnica

9.13.1 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.13.2 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.14 Qualificação Técnico-Operacional

9.14.1 Quanto as exigências de gestão de pessoas, contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 20% (vinte por cento) do número de funcionários a serem contratados.

9.14.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.14.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.14.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.14.6 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.14.7 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.15 Qualificação Técnico-Profissional

9.15.1 Tendo em vista que o serviço de vigias/ controladores de acesso com uso de câmeras corporais envolve não apenas a operação dos equipamentos, mas também a gestão de sistemas integrados de videomonitoramento, o tratamento e armazenamento de dados sensíveis, a garantia da qualidade e integridade dos registros, bem como a manutenção de padrões técnicos que assegurem a funcionalidade e a segurança das informações captadas, observa-se as seguintes obrigações:

9.15.1.1 A empresa vencedora deverá indicar profissional responsável técnico, legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho de classe competente, com atribuições compatíveis com a atividade de gerenciamento de sistemas de videomonitoramento e tratamento de dados oriundos de câmeras corporais.

9.15.1.2 Será obrigatória a apresentação de profissional cuja formação seja similar ou diretamente relacionada às áreas de Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica ou demais áreas correlatas, desde que possuam atribuições técnicas compatíveis com o objeto contratual, conforme previsto na legislação que regulamenta a profissão.

9.15.1.3 O profissional indicado deverá estar regularmente cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), de acordo com a sua formação e atribuições, observando-se a legislação profissional vigente.

9.15.1.4 A comprovação se dará por meio da apresentação de certidão de registro e quitação no conselho competente, bem como de documento que comprove a vinculação do profissional à empresa licitante, nos termos da legislação aplicável e do edital.

9.16 Disposições gerais sobre habilitação

9.16.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

- 9.16.2 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.16.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.16.4 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.16.5 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.17 vedação de participação de cooperativas

- 9.17.1 Nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), é vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma, o que impede a habilitação de cooperativas em licitações cujo objeto seja a prestação de serviços de vigilância patrimonial, controle de acesso ou correlatos, independentemente de serem armados ou desarmados.
- 9.17.2 Ademais, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.690/2012, a cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada; e, consoante jurisprudência consolidada do TCU (Súmula 281), é vedada a participação de cooperativas em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado, houver necessidade de subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade — pressupostos que se verificam objetivamente nos serviços objeto da presente contratação .

10 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Os valores estimados estão de acordo com a CONVENÇÃO COLETIVA DE 2025 do SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em, 17/04/2025 sob a numeração: RJ001105/2025, acrescido dos benefícios legais e demais insumos correspondentes. Ressalta-se que foi adicionada reserva técnica para caso seja



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

necessário suprir alguma necessidade que no momento apresentou-se como impossível de prever. Porém, seguindo os princípios de planejamento, a Administração Pública previu estipular quantidade de reserva técnica suficiente para suprir potenciais futuras demandas. Fator este que motivo o quantitativo total estipulado abaixo.

O objeto deste Termo de Referência poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no Art.125 da Lei Federal 14.133/21

| COM RESERVA TÉCNICA | | | | |
|--------------------------|----------------|-----------------------------|-----------------|-------------|
| CARGO | QUANT TOTAL | VALOR MENSAL UNITÁRIO | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL |
| Vigia Diurno | 133 | | | |
| Controlador de Acesso | 121 | | | |
| Vigia Noturno | 224 | | | |
| Vigia 40 horas | 7 | | | |
| Vigia 24 x 72 | 43 | | | |
| VALOR TOTAL | | | | |

Os valores estimados acima tratam do investimento mensal e anual necessário por cargo, para que se torne possível realizar a estimativa de valores para a terceirização. Cabe ressaltar que estes valores foram orçados com base na convenção supracitada e suas respectivas obrigações. Além disso, ressalta-se também que, além de todos os uniformes, equipamentos e EPI's, foram adicionados também no valor unitário mensal de cada colaborador as necessárias câmeras corporais (Body cam), estação de carregamento para as mesmas (Dock Station) - respeitando o quantitativo de 01 estação a cada 08 câmeras - e software de gestão de evidências e tratamento de dados. Portanto, os valores encontrados por profissional refletem a solução como um todo. Porém, ressalta-

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

se que foi considerada necessária 01 câmera corporal a cada 02 (dois) vigias, possibilitado pelo revezamento entre colaboradores no posto. Para o cargo de controladores de acesso, foi necessária 01 câmera por controlador de acesso. Totalizando, assim, 331 câmeras corporais. Os quantitativos totais e demais detalhamentos dos uniformes e insumos encontram-se em anexo a este Termo de Referência.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Manter, durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- 11.2 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, adequando-se aos regulamentos da Contratante;
- 11.3 garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização ao serviço em contratação;
- 11.4 Indicar, formalmente, representante devidamente habilitado a quem caberá gerir e controlar a execução dos serviços, bem como zelar pelo seu bom andamento, pelo estrito respeito às normas legais e contratuais e providenciar atendimento de determinações da Contratante;
- 11.5 Os funcionários da contratada devem se reportar ao preposto, e não à fiscalização, ficando inexistente a pessoalidade ou relação de subordinação direta a este com a Administração;
- 11.6 **Disponibilizar a força de trabalho necessária**, devidamente treinada e capacitada, para o pleno cumprimento dos serviços contratados, conforme quantitativos, escalas e jornadas previstas neste Termo de Referência;
- 11.7 **Responsabilizar-se integralmente pela gestão da mão de obra**, incluindo contratação, pagamento de salários, vales, adicionais, férias, 13º salário, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fundiários (FGTS), tributos e quaisquer obrigações decorrentes da legislação vigente;
- 11.8 **Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer empregado que se ausente, adoeça ou que tenha sua conduta considerada inadequada pela fiscalização do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- 11.9 **Manter rigoroso controle de frequência**, pontualidade e assiduidade dos trabalhadores alocados, fornecendo mensalmente relatório à fiscalização do contrato;
- 11.10 executar os serviços contratados conforme especificações deste termo e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 11.11 **Fornecer, às suas expensas, os uniformes, crachás, EPIs** e demais materiais necessários à identificação e segurança dos empregados;
- 11.12 cientificar, imediatamente, à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- 11.13 executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus anexos;
- 11.14 **Obedecer às normas internas de segurança, controle de acesso e conduta estabelecidas pela contratante**, bem como orientar seus empregados quanto à observância dessas regras;
- 11.15 **Apresentar mensalmente, como condição para o pagamento**, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos empregados vinculados ao contrato, especialmente:
- Guia de recolhimento do FGTS e da Contribuição Previdenciária;
 - Folha de pagamento mensal;
 - Comprovante de pagamento dos salários;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - GFIP ou eSocial.
- 11.16 **Responsabilizar-se por eventuais passivos trabalhistas** oriundos do contrato, isentando a Administração Pública de quaisquer encargos ou prejuízos;
- 11.17 apresentar à fiscalização a relação dos funcionários que estariam aptos a trabalhar na Administração;
- 11.18 Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou mal feitos nos trabalhos objeto do contrato, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização;
- 11.19 A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a ação da fiscalização no controle e supervisão da utilização dos recursos humanos alocados no contrato;
- 11.20 Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização;
- 11.21 Utilizar empregados habilitados e com capacidade técnica para a perfeita execução dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor, bem como orientá-los sobre as normas técnicas de segurança do trabalho;
- 11.22 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária,

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários os pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, emolumentos e licenças concedidas pelo poder público;

- 11.23 Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado;
- 11.24 Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;
- 11.25 A CONTRATADA, para execução dos serviços objeto do Contrato, obriga-se a cumprir e respeitar as normas técnicas de saúde e segurança do trabalho vigentes;
- 11.26 Assumir todas as responsabilidades e tomar as providências necessárias ao atendimento médico imediato dos seus funcionários, caso sejam vítimas de acidente ou mal súbito durante o expediente;
- 11.27 A CONTRATADA compromete-se também a utilizar mão de obra de alta qualidade, devidamente treinada e com experiência no exercício de atividade compatível com as atribuições, comprovada por anotações em carteira de trabalho;
- 11.28 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados Na Lei Federal nº 14.133/21
- 11.29 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços contratados, ou com estes conexos, incluindo acidentes de trajeto;
- 11.30 Providenciar, por solicitação da fiscalização, a imediata retirada do local, bem como substituição imediata, sem prejuízo normal da execução dos serviços, de funcionário que estiver sem crachá de identificação, uniforme completo e demais itens exigidos pela legislação;
- 11.31 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas disciplinares da Contratante; prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 11.32 Responsabilizar-se integralmente e exclusivamente por danos causados a servidores e/ou terceiros, comprovadamente advindos de ação ou omissão de seus funcionários na execução dos serviços, independente de dolo ou culpa;
- 11.33 Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.
- 11.34 Para fins da correta implementação e execução contratual das soluções tecnológicas pertinentes ao presente processo, será exigida comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 11.35 Conforme orienta o Art. 116 da Lei Federal 14.133/21:
- 11.36 “Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.”
- 11.37 A CONTRATADA deverá se comprometer a:
- 11.37.1 I – Tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins do contrato, vedada sua reutilização ou compartilhamento sem autorização expressa da Contratante;
- II – Manter registro de todas as atividades de tratamento realizadas;
- III – Adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- IV – Comunicar à Contratante e à ANPD, imediatamente, quaisquer **incidentes de segurança com dados pessoais**, nos termos do art. 48 da LGPD;
- V – Disponibilizar, mediante requisição da Contratante, **relatórios de impacto à proteção de dados e logs de acesso às evidências** armazenadas.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 11.38 Observar a CCT – Convenção Coletiva de Trabalho vigente no período de elaboração de proposta e execução do objeto, e não desobedece-la de nenhuma maneira, respeitando seus limites, regras, incluindo piso salarial.
- 11.39 Será exigido que o fornecedor, durante a execução de todo o contrato mantenha programa interno de formação continuada dos seus colaboradores com atualização anual nos temas relacionados à segurança patrimonial, legislação educacional básica e conduta profissional no serviço público e etc.
- 11.40 Será obrigacional também que a CONTRATADA consiga orientar, treinar e nortear seus colaboradores e a CONTRATANTE. Sendo capaz de fornecer suporte técnico presencial e remoto, com equipe treinada para situações emergenciais e protocolos de crise (ameaças, evacuação, eventos externos etc.).
- 11.40.1 No momento da execução do contrato, a empresa contratada deverá conter em seus quadros, no mínimo, dois (02) profissionais com certificação que comprove a expertise na utilização de sistema tecnológica similar, ou de mesmo nível de complexidade do sistema acessório deste presente processo, que se fará presente na execução contratual através das câmeras e sistemas de evidências e dados presentes neste processo.
- 11.40.2 Os certificados desta capacitação deverão estar válidos na data da abertura da proposta e referir-se à tecnologia/marca dos equipamentos ofertados. A administração pública poderá diligenciar junto ao fabricante para verificação da autenticidade.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes relacionados à execução do objeto;
- 12.2 Verificar a conformidade dos serviços realizados com as especificações constantes no edital;
- 12.3 Prestar esclarecimentos e informações pertinentes que venham a ser solicitadas;
- 12.4 Permitir o acesso dos empregados às suas dependências de acordo com os horários previstos neste TR e no contrato;
- 12.5 A fiscalização manterá um livro de registro de ocorrências onde serão anotadas quaisquer situações fora do comum;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 12.6 Notificar a contratada da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, e fixar prazo para correção;
- 12.7 Solicitar o afastamento de funcionário da contratada cujo comportamento ou capacidade laboral esteja em desacordo com as disposições contratuais e legais;
- 12.8 Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como de eventuais termos aditivos;
- 12.9 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas;
- 12.10 Aplicar penalidades administrativas, no caso de descumprimento de obrigações contratuais.

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos :

13.1.1 Da Secretaria de Segurança Pública:

- 13.1.1.1 Órgão: 2
- 13.1.1.2 Secretaria: 012
- 13.1.1.3 Unidade: 001
- 13.1.1.4 Função: 04
- 13.1.1.5 Subfunção: 122
- 13.1.1.6 Programa: 0001
- 13.1.1.7 Ação 2.003

13.1.2 Do Fundo Municipal de Educação:

- 18.001.002.12.361.0018.2.003 - Manutenção e Operacionalização da Unidade - Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.573.0000
- 18.001.002.12.361.0018.2.075 - Manutenção do Ensino Fundamental –Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.573.0000
- 18.001.002.12.365.0018.2.076 - Manutenção da Educação Infantil - Creche - Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.573.0000
- 18.001.002.12.365.0018.2.077 - Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola - Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.573.0000



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- 02.007.002.13.392.0019.2018 - Manutenção das Atividades Culturais -- Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.753.0000
- 02.007.001.27.812.0017.2019 - Operacionalização dos Projetos Esportivos - Elemento de Despesa 3.3.90.37.00.00 - mão de obra - FONTE 1.753.0000

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Arraial do Cabo, 09 de março de 2026.

Elaborado por:

Vinícius Ribeiro de Miranda Silva

Assessor Especial VI

Matricula 60.233

Aprovado por:

BERNARDO MARTINS ALCANTA VEIGA DA
SILVA

Secretário Municipal de Educação, Cultura,
Ciência e Tecnologia, Cultura, Esporte e Lazer.
Mat. 56.963

GENIVAL ALVES PACHECO JÚNIOR
Secretário de Turismo

Mat. 62.926

SUELLEN RODRIGUES CARDOSO
Chefe de Gabinete
Matrícula: 67.071

AYRON PINTO FREIXO

Secretário Municipal de Habitação e
Regularização Fundiária
Mat. 67.184

CARLOS HENRIQUE DE MATOS VIEIRA
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Mat. 56.026

OSCAR VICTORINO B. NETO

Secretário de Administração Tributária
Mat. 8.713

PEDRO REIS CAJUEIRO DE ANDRADE
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Portaria: 058/2025

MAYCON VICTORINO CARDOSO

Secretário de Mobilidade Urbana
Mat. 56.066

RONNIE PLÁCIDO NEVES

Presidente da Fundação de Meio Ambiente



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Mat. 67.072

CARLOS VICTOR SIMÕES PEREIRA
Secretário Municipal de Ordem Pública, Posturas
e Fiscalização.
Portaria 67.182

RODRIGO DE JESUS FÉLIX
Diretor Presidente da FIPAC
Portaria 630/24

CAROLINA F. LIMA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Mat. 66.223

RAFAEL GREGO CARVALHO
Presidente da IDAC
Portaria Nº 019/21

Pedro Henrique de Mello Correa
Secretário do Ambiente e Saneamento
Mat. 66.981

JORGE LUIZ DINIZ MOURA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Matricula 58.051

MAGDA FRAGA MARTINS
Secretária Municipal de Segurança Pública
Mat. 64.372

Ramon Loureiro Plácido
Secretário de Desenvolvimento Social, Trabalho,
Renda e Direitos Humanos
Matricula 62.662

ANEXO II -PLANILHA DE PREÇOS



**EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024**

| Item | Descrição Resumida | Quantidade | Unidade | Valor Unitário mensal | Valor Unitário Anual | Valor Total Anual |
|-----------------------|-----------------------|------------|---------|--------------------------|----------------------|-------------------|
| 1 | Vigia Diurno | 133 | Unidade | R\$ 4.982,69 | R\$ 59.792,28 | R\$ 7.952.373,24 |
| 2 | Controlador de Acesso | 121 | Unidade | R\$ 4.982,69 | R\$ 59.792,28 | R\$ 7.234.865,88 |
| 3 | Vigia Noturno | 224 | Unidade | R\$ 5.373,95 | R\$ 64.487,40 | R\$ 14.445.177,60 |
| 4 | Vigia 40 horas | 7 | Unidade | R\$ 4.982,69 | R\$ 59.792,28 | R\$ 418.545,96 |
| 5 | Vigia 24 x 72 | 43 | Unidade | R\$ 5.375,65 | R\$ 64.507,80 | R\$ 2.773.835,40 |
| Valor Total Estimado: | | | | R\$ 32.824.798,08 | | |

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
8. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
10. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
11. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
12. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
13. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Enviada junto da documentação com os valores finais)



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026

PROCESSO: 1870/2024

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

| | | | | | | |
|---|---|--------------------------|--|--|-------------|---|
| CARGO: | | | | | | |
| Nº do Processo: 1870/2024 | | | | | | |
| Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação) | | | | | | |
| B | Município/UF: | | | | | Arraial do Cabo |
| C | Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo: | | | | | 2025/2026 |
| D | Número de meses de execução contratual: | | | | | 12 |
| Identificação do Serviço | | | | | | |
| Tipo de Serviço | | Unidade de Medida | | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) | | |
| Terceirização de vigia | | Posto de trabalho | | XXXXX | | |
| 1. MÓDULOS | | | | | | |
| Mão de obra | | | | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra | | | | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | | Vigia - 5174-20 |
| 3 | Salário Nominativo da Categoria Profissional | | | | | R\$ |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | | | | Controlador de Acesso / vigia / Zelador |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | | | | XX/XX/XX |
| | | | | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | | | | |
| 1 | Composição da Remuneração | | | | % | VALOR (R\$) |
| A | Salário Base | | | | | R\$ |
| B | Adicional Periculosidade | | | | | R\$ |
| C | Adicional Insalubridade | | | | | R\$ |
| D | Adicional Noturno | | | | | R\$ |
| E | Hora noturna adicional | | | | | R\$ |
| F | Adicional de hora extra | | | | | R\$ |
| G | Outros (especificar) | | | | | R\$ |
| TOTAL DO MÓDULO 1 | | | | | | R\$ |
| MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS | | | | | | |
| 2 | Benefícios Mensais e Diários | | | | | VALOR (R\$) |
| A | Transporte | | | | R\$ | R\$ |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | | | | R\$ 15 dias | R\$ |
| C | Assistência Médica e Familiar | | | | - | R\$ |
| D | Auxílio Creche | | | | - | R\$ |
| E | Seguro de vida, invalidez e funeral | | | | - | R\$ |
| F | Outros (Benefício Social Familiar) | | | | - | R\$ |
| G | Outros (Benefícios conforme a convenção trabalhista) | | | | - | R\$ |
| TOTAL MÓDULO 2 | | | | | | R\$ |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS | | | | | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|--------------------------|--|---|--------------------|
| 3 | Insumos diversos | | VALOR (R\$) |
| A | Uniformes | - | R\$ |
| B | Materiais | - | R\$ |
| C | Equipamentos de Proteção | - | |
| D | Câmera, dockstation (Uma a cada oito câmeras) e gestão do software | | R\$ |
| TOTAL DO MÓDULO 3 | | | R\$ |

MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições

| | | | |
|----------------------------|--|----------|--------------------|
| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | % | VALOR (R\$) |
| A | INSS | % | R\$ |
| B | SESI ou SESC | % | R\$ |
| C | SENAI ou SENAC | % | R\$ |
| D | INCRA | % | R\$ |
| E | Salário Educação | % | R\$ |
| F | FGTS | % | R\$ |
| G | Seguro acidente do trabalho | % | R\$ |
| H | SEBRAE | % | R\$ |
| TOTAL SUBMÓDULO 4.1 | | % | R\$ |

Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário

| | | | |
|-------------------------------|--|----------|--------------------|
| 4.2 | 13º (décimo terceiro) salário | % | VALOR (R\$) |
| A | 13º (Décimo-terceiro) salário | | |
| <i>SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2</i> | | % | |
| B | Incidência Submódulo 4.1 sobre o Submódulo 4.2 | % | |
| TOTAL SUBMÓDULO 4.2 | | % | |

Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade

| | | | |
|-------------------------------|--|----------|--------------------|
| 4.3 | Afastamento Maternidade | % | VALOR (R\$) |
| A | Afastamento Maternidade | % | |
| <i>SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.3</i> | | % | |
| B | Incidência Submódulo 4.1 sobre o Submódulo 4.3 | % | |
| TOTAL SUBMÓDULO 4.3 | | % | |

Submódulo 4.4: Provisão para Rescisão

| | | | |
|------------|--|----------|--------------------|
| 4.4 | Provisão para Rescisão | % | VALOR (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | % | R\$ |
| B | Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado | % | R\$ |
| C | Multa sobre FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indeni | % | R\$ |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | % | R\$ |
| E | Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Aviso Prévio Trabalh | % | R\$ |
| F | Multa sobre FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Trabal | % | R\$ |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | |
|--|---|----------|--------------------|
| TOTAL DO SUBMÓDULO 4.4 | | % | R\$ |
| Submódulo 4.5: Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | |
| 4.5 | Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente | % | VALOR (R\$) |
| A | Férias e Terço Constitucional de Férias | % | R\$ |
| B | Ausências por Doença | % | R\$ |
| C | Licença Paternidade | % | R\$ |
| D | Ausências Legais | % | R\$ |
| E | Ausência por Acidente de Trabalho | % | R\$ |
| F | Outros (especificar) | % | R\$ |
| SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.5 | | % | R\$ |
| G | Incidência Submódulo 4.1 sobre o Submódulo 4.5 | % | R\$ |
| TOTAL SUBMÓDULO 4.5 | | % | R\$ |
| QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | | | |
| 4 | Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas | % | VALOR (R\$) |
| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | % | R\$ |
| 4.2 | 13º (décimo terceiro) salário | % | R\$ |
| 4.3 | Afastamento Maternidade | % | R\$ |
| 4.4 | Provisão para Rescisão | % | R\$ |
| 4.5 | Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente | % | R\$ |
| 4.6 | Outros (especificar) | | R\$ |
| TOTAL DO MÓDULO 4 | | % | R\$ |

O valor da proposta é de R\$ XXXX,XX (por extenso)

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2025.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído

ANEXO V– ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202...., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | Especificação | Unidade | Quantidade | Quantidade | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|---|---------------|---------|------------|--------------------|----------|----------------------------|
| X | | | Máxima | dade Mínim a | | |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de, para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

3.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

3.3 A Administração poderá realizar licitação ou contratação direta para a aquisição de mesmo objeto da presente Ata, desde que devidamente motivada, observado o disposto no art. 26, parágrafo único, do Decreto nº 4483/2025.

3.4 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Compras do município.

CLÁUSULA QUARTA: DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s)), na forma do Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

4.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

4.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é (indicar o órgão ou entidade).

4.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal de Compras do município do Rio de Janeiro;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade, obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto nº 48.843/2023, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

4.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta (verificar quem são os participantes e listar) .

4.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador, as atividades previstas nos incisos VIII, IX e XI do caput do art. 6º do Decreto nº 48.843/2023;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

CLÁUSULA QUINTA: DA ADESÃO A ATA

5.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

5.7 Dos limites para as adesões

5.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

CLÁUSULA SEXTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

6.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade dos municípios, que não tenham participado do certame <OU> da contratação direta, ora denominados não-participantes.

6.2 Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, resguardadas as disposições de cada ente.

6.4 Após a autorização do gerenciador, o não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

6.4.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa e autorização pelo gerenciador, e requerimento do não-participante, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5 São atribuições dos não-participantes:

- a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO REGISTRADO

7.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados,



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

7.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 7.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

7.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 32 do Decreto nº 48.843/2023 e da cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, ser-lhe-á facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

7.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

7.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

7.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

7.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 7.3.5 e 7.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados, reequilibrados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA: VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os seguintes requisitos:



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

8.2.1 renovação dos quantitativos inicialmente registrados;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação;

8.3 Deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.3.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.3.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.3.1.2 Mantiverem sua proposta original.

8.3.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

8.3.3 O registro a que se refere o item 8.3.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.3.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

8.3.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

8.3.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**CLÁUSULA NONA: REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA: CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE
VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato

11.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

12.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

12.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

12.4 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

13.1 Fica eleito o Foro de Arraial do Cabo para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexos:

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Anexo II – Cadastro de Reserva

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes

Anexo I – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR:

| <u>ITEM</u> | <u>ITEM</u> | <u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u> | <u>QUANTIDADE E TOTAL REGISTRAD A</u> | <u>UNIDADE DE MEDIDA (ex.: m², item, litros, kg, pacote etc.)</u> | <u>PREÇO UNITÁRIO</u> |
|-------------|-------------|-------------------------------------|---|--|---------------------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

Anexo II – Cadastro de Reserva



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /202....

ÓRGÃO GERENCIADOR:

OBJETO:

FORNECEDOR nº1 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº2 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

FORNECEDOR nº3 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua,
Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por
....., cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

| <u>FORNECEDOR</u> | <u>ITEM</u> |
|-------------------|-------------|
| | |

Anexo III – Relação de órgãos/entidades participantes



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x,
QUE FAZEM ENTRE SI O
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx/202x, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é prestação de serviços de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- c) A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contado da Data de publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos,,na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma do fornecimento tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido realizado regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;
- d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o CONTRATADO mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

4.1.1 requerimento prévio do CONTRATADO, com a explicitação de seus motivos e necessidade;

4.1.2 comprovação pelo CONTRATADO da capacidade técnica do subcontratado, em relação à parcela subcontratada, se exigida do licitante; e

4.1.3 justificativa e autorização pela autoridade competente, que deverá avaliar, também, a qualificação técnica do subcontratado.

4.2 É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto, que é aquela discriminada no item do Termo de Referência e item do Edital.

4.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O preço total do Contrato é de R\$ (.....), considerando o prazo total da sua vigência, e de R\$ (.....), referente a parcela mensal.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), porém ressalta-se que A utilização do mesmo não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.2 O IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. É uma ferramenta que a Administração pode utilizar para identificar o grau de adimplemento contratual, constituindo, assim, meio de prova a ser analisado, no momento de eventual fase de renovação contratual.

6.3 Mensalmente, o Contratante realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados e calculará a Nota Mensal de Avaliação – NMA, considerando os pontos perdidos nas avaliações dos indicadores estabelecidos na tabela abaixo, considerando registros próprios da Fiscalização.

6.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.4.1 não produziu os resultados acordados; ou

6.4.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.4.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.5 Os pagamentos da contratada poderão sofrer reduções caso os níveis mínimos de qualidade não sejam atingidos. Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante:

| Qualidade da Prestação de Serviços de controle de acessos e Vigia | |
|---|---|
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir a execução adequada de controle de acesso e vigia. |
| Meta a cumprir | Prestação, com qualidade, dos serviços descritos no TR. |
| Periodicidade | Avaliação Mensal. |
| Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços | 0,2 ponto por ocorrência |
| Deixar de registrar e de controlar, a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados | 1 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---|--------------------------|
| Deixar de orientar regularmente seus empregados quanto às normas internas da Contratante e quanto à técnica e à forma de execução de todos os serviços | 0,3 ponto por ocorrência |
| Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inadequado ou que não atenda às necessidades do Contratante após solicitação da fiscalização | 1 ponto por ocorrência |
| Enviar funcionários não uniformizados, com uniforme incompleto ou com sujo/manchado/mal apresentado e/ou sem crachá de identificação | 0,3 ponto por ocorrência |
| Deixar de indicar preposto no início da vigência do contrato e/ou não manter preposto durante a vigência | 1 ponto por ocorrência |
| Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada | 0,2 ponto por ocorrência |
| Deixar de manter livro de ocorrência preenchido diariamente pelo encarregado, que poderá conter ainda observações inseridas pelos representantes da Contratante | 0,2 ponto por ocorrência |
| Determinar ou permitir que seus empregados realizem outras atividades que a não execução dos serviços contratados durante o horário de expedientes nas dependências da Contratante | 0,6 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---|--------------------------|
| Deixar de disponibilizar os uniformes previstos no Termo de Referência | 0,5 ponto por ocorrência |
| Deixar de relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados | 0,6 ponto por ocorrência |
| Retirar funcionários do serviço durante o expediente sem prévia anuência do contratante | 1 ponto por ocorrência |
| Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes devidamente comprovado | 1 ponto por ocorrência |
| Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do contratado | 0,5 ponto por ocorrência |
| Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 0,3 ponto por ocorrência |
| Fornecer informações falsas sobre o serviço | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de entregar ou entregar com atraso esclarecimentos formais quando solicitados pela contratante | 0,4 ponto por ocorrência |
| Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo quando deve ser permanente | 0,5 ponto por ocorrência |
| Deixar de cumprir determinação formal da contratante | 0,5 ponto por ocorrência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---|--------------------------|
| Deixar de ressarcir o contratante por danos causados ao patrimônio por dolo, negligência, imperícia ou imprudência | 0,6 ponto por ocorrência |
| Deixar de apresentar notas fiscais no prazo correto | 0,6 ponto por ocorrência |
| Deixar de aferir a pontualidade e horário de trabalho dos seus empregados, bem como não fornecer esse registro de presença com horário trabalhado caso solicitado pela fiscalização. | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de enviar a relação nominal com CPF e RG dos empregados que irão prestar os serviços | 0,7 ponto por ocorrência |
| Deixar de assumir a responsabilidade pelas obrigações estabelecidas na legislação quanto à acidentes de trabalho | 0,8 ponto por ocorrência |
| Não efetuar reposição de empregados para suprir eventual falta ou quaisquer outras hipóteses de afastamento | 0,8 ponto por ocorrência |
| Deixar de dar início à execução do contrato na data indicada no Termo de Autorização de Início de Serviço | 1 ponto na ocorrência |

6.6 O contratante executará glosa calculada pela seguinte equação:

6.6.1 $NOTA\ MENSAL\ DE\ AVALIAÇÃO\ (NMA) = \sum \text{Pontos}$

| Nota mensal | Glosa |
|---------------------|----------------------------------|
| 1 (um) ponto | Não há glosa, apenas advertência |



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

| | |
|---------------------------------|---|
| 2 (dois) pontos | Glosa correspondente a 1% do valor mensal |
| 3 (três) pontos | Glosa correspondente a 2% do valor mensal |
| 4 (quatro) pontos | Glosa correspondente a 3% do valor mensal |
| 5 (cinco) pontos | Glosa correspondente a 4% do valor mensal |
| 6 (seis) pontos | Glosa correspondente a 5% do valor mensal |
| 7 (sete) pontos | Glosa correspondente a 6% do valor mensal |
| Acima de 7 (sete) pontos | Glosa correspondente a 6% do valor mensal, acrescido de 1% por ponto extra acima de 7 |

6.6.1 Do recebimento

6.6.1.1 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.6.1.2 Para efeito de recebimento provisório, conforme orienta o Decreto Municipal 4.121/24, será considerado o prazo de 05 (cinco) dias contados da entrega do recebimento de comunicação de cobrança.

6.6.1.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.6.1.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.6.1.5 Ao final de cada período/evento de faturamento:

o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

6.6.1.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.6.1.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.6.1.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

6.6.1.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6.1.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.6.1.11 os serviços serão recebidos definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 02 (dois) servidores públicos efetivos, designados pela autoridade máxima da Administração, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

6.6.1.12 Para concretizar o recebimento definitivo deverá ser feita a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos: Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.6.1.13 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.6.1.14 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.6.1.15 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.6.1.16 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.6.1.17 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6.1.18 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.6.1.19 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2 Liquidação

6.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, deverá ser realizada procedimento visando liquidação. Ressalta-se que correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- VII) o prazo de validade;
- VIII) a data da emissão;

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- IX) os dados do contrato e do órgão contratante;
- X) o período respectivo de execução do contrato;
- XI) o valor a pagar; e
- XII) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.2.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.2.4.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.2.4.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.7 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.



6.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.2.9 Prazo de pagamento

6.2.9.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.2.10 Forma de pagamento

6.2.10.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.2.10.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.10.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.10.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3 Repactuação

6.3.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

6.3.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.3 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.4 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.3.5 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.3.6 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.3.7 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

6.3.8 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

6.3.9 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.3.10 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.3.11 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.3.12 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

6.3.13 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

6.3.14 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.3.15 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.3.16 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.3.17 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

6.3.18 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.3.19 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.3.20 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

6.3.21 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.3.22 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

6.3.23 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.3.24 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

6.3.25 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 10 dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

6.3.26 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

6.3.27 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

6.3.28 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.29 O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

6.3.30 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

6.3.31 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento

6.4 Reajuste

6.4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do orçamento estimado pela administração pública, observando-se assim a data de publicação do Edital para isto.

6.4.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1 São obrigações da Contratante, além daquelas previstas no Termo de Referência, especialmente no item 12, as constantes desta cláusula:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 dias.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 São obrigações da contratada, além daquelas previstas no Termo de Referência, especialmente no item 11, as constantes desta cláusula:

- a) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.
- b) Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- d) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- h1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - h2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - h3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
 - h4) Certificado de Regularidade do FGTS; e
 - h5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- j) Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- l) Prestar esclarecimentos ou informações solicitados pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.
- m) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- n) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- p) Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- q) Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
- r) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
- s) No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.16.1.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

- t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- v) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- w) Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- w1) Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- w2) Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da legislação vigente.
- x) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (dez por cento) do valor da contratação.

9.2 Tal imposição se justifica no fato da pretensa contratação tratar de objeto extremamente sensível, e de grande importância para a rotina administrativa da administração pública. Desta

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

forma, insta salientar que é objetivo deste Termo possibilitar que apenas empresas que de fato possuam capacidade técnica e financeira concorram ao certame, e principalmente, sejam contratadas. Além disto, esta majoração visa evitar maiores prejuízos econômicos à Administração Pública.

9.3 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

9.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

9.5 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

9.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

9.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

9.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta que deverá ser informada em momento oportuno pela contratada.

9.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

9.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

9.12O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

9.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- e) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- f) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- g) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

9.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

9.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

9.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.19 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.20 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.21 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.22 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

9.23 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.24 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

9.25 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

9.26 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

9.27 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

9.28 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.29 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

10.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.2 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

10.1.4.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.4.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; F

10.1.4.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.4.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.4.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

10.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.5.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

10.1.8. fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

10.1.9.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

10.1.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

10.1.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

10.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

10.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021..

10.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

10.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

10.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 10.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

10.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

10.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de % do valor do Contrato.

10.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

10.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.5.2. as peculiaridades do caso concreto;



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

10.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

10.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

- a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário municipal;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

10.7. A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

10.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

10.7.2. A defesa prévia do **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

10.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

10.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

10.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

10.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do município.

10.11.1 O **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

10.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

10.13. Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

10.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

11.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

13.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6 É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

13.7 O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8 O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9 O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.1.1. A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca Judiciária de Arraial do Cabo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-



EDITAL PREGÃO Nº 007/2025
PROCESSO Nº: 1870/2024

2-